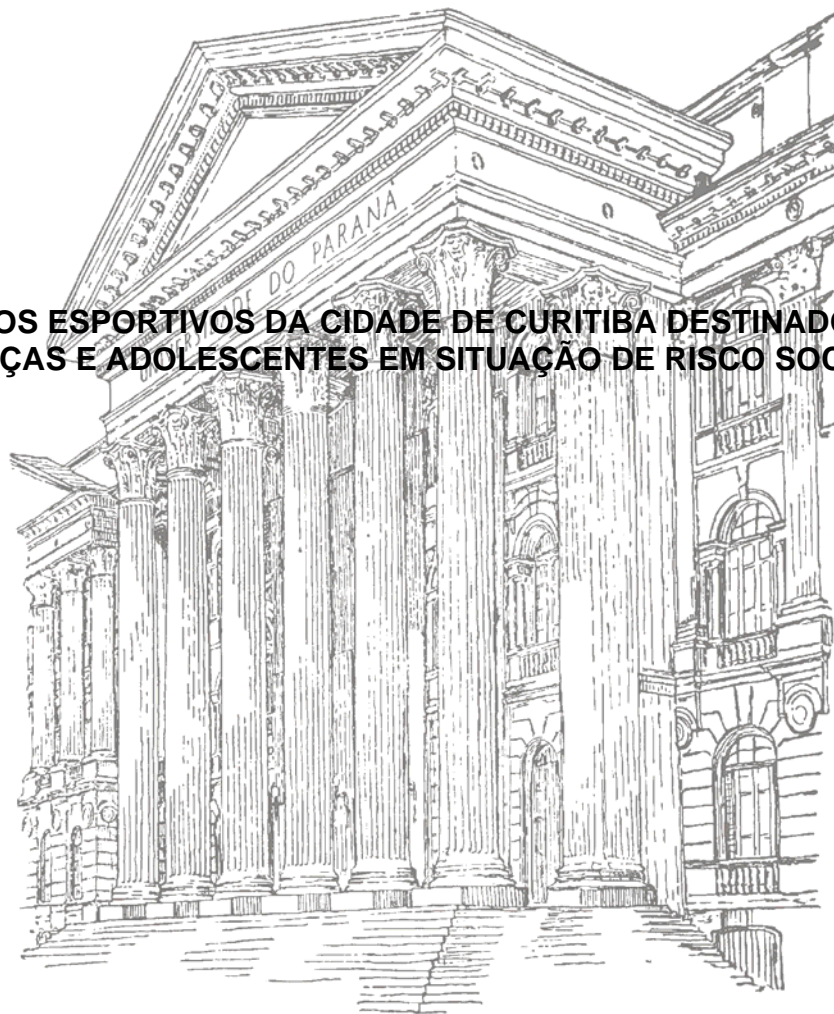


ISABEL CRISTINA MARTINES

**PROJETOS ESPORTIVOS DA CIDADE DE CURITIBA DESTINADOS ÀS
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL**



**CURITIBA
2005**

ISABEL CRISTINA MARTINES

**PROJETOS ESPORTIVOS DA CIDADE DE CURITIBA DESTINADOS ÀS
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Ms. Letícia Godoy

CURITIBA

2005

*Meu doze de outubro:
Esse doze de outubro que festejam não serve
Quando ele some
O treze junta-se ao quatorze, ao quinze,
Aos trezentos e sessenta e tantos dias do ano,
Para recompor o cenário de crianças
Aprendendo cedo que no Brasil
Nascer pobre não é filho
É rebento da nação
Nesse doze de outubro vão elogiar
Minhas tranças, minha carapinha
Vão achar encanto em meu sorriso
Vão chorar comigo pelo males
Que me afligem
Mas há o treze de outubro, o sete de setembro
O quinze de novembro, o vinte e cinco de dezembro
Há o dia a dia
Em que um menino será colocado contra o muro pela polícia
Uma menina será violentada
Um cheira cola ilustrará artigo sobre marginalidade
Nesse doze de outubro que festejam
Vão tocar as músicas da rainha dos baixinhos
Que me olha de viés na capa do disco
Eu, estarei na moita neste dia
Com meu cabelo duro em pé,
Em estado de rebelião.
Ao Diabo a Rainha e o Doze de Outubro
Eu quero um calendário que me respeite,
Que reconheça meu presente e meu futuro
E que me deixe viver a vida de criança
Com alegria e esperança*

Edson José de Oliveira, 15 anos.

*Dedico este trabalho aos
responsáveis por toda a minha vida,
por todas as minhas conquistas:
ao meus pais, Antonio e Creuza,
a quem amo acima de tudo.*

*A todas as crianças que
Iluminaram os meus dias com
seus sorrisos e bagunças.
São vocês que me fazem seguir
em frente e acreditar que
ainda viveremos numa
sociedade onde todos terão os
mesmos direitos e oportunidades.*

AGRADECIMENTOS

Às crianças da ASSOMA que me ensinaram as primeiras lições da minha formação e às crianças do Projeto Galha Azul, que me fazem sentir cada vez mais orgulho de ter escolhido a docência como caminho a seguir.

À professora Maria Regina, que me ofereceu a primeira oportunidade para que eu descobrisse o quanto é maravilhoso trabalhar pela transformação.

À minha orientadora Letícia Godoy pelo apoio durante a realização deste trabalho.

Aos professores do Departamento de Educação Física que me ajudaram ao longo deste caminho, especialmente ao professor Cláudio Portilho, por quem tenho uma enorme admiração.

Aos amigos da academia e dos projetos por me ensinarem muito e me ajudarem a crescer como profissional.

À minha irmã Márcia, pelas vezes em que brincamos juntas, rimos juntas... Logo vou estar lendo tua monografia também! E à minha irmã Elizabeth que, mesmo longe, me contagiou com seu empenho e responsabilidade. Eu amo vocês!

Aos meus padrinhos, Helena e Gilmar, por sempre terem sido como pais para mim.

Aos meus amigos da turma Y, por todos os momentos felizes que passamos juntos. Valeu pysolon!

À minha amiga Giana, por todas as nossas festas, com a certeza de que elas continuarão. E acima de tudo, pelo companheirismo e disposição para ajudar em todas as horas.

À Eloise, por tornar-se mais que amiga, minha verdadeira irmã, por me emprestar seu ombro amigo inúmeras vezes, por me alegrar com o seu incrível bom humor e estar presente em todas as etapas dessa caminhada.

Às minhas grandes amigas: Cátia, Carina e Mara por estarem sempre ao meu lado e torcerem por mim.

Por fim, agradeço a alguém muito especial: ao Serginho, por todo o apoio acadêmico, pelas vezes que se dispôs a me ajudar, por ler minha monografia e me indicar alguns caminhos, pelos livros, exemplos de dedicação e comprometimento, conselhos, incentivos e demonstração de confiança. Obrigada por tudo isso... Mas também, por todas as estrelas que você me mostrou, pela energia que sentimos, por todas as nossas risadas e momentos de alegria e, principalmente, por me fazer a pessoa mais feliz do mundo. TE ADORO!

SUMÁRIO

RESUMO	VI
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	1
1.2 JUSTIFICATIVA.....	3
1.3 OBJETIVOS.....	3
2. REVISÃO DE LITERATURA	4
2.1. A EXCLUSÃO E AS CRIANÇAS EM RISCO SOCIAL.....	4
2.2. DO SURGIMENTO DA INFÂNCIA AOS ATUAIS PROJETOS SOCIAIS DESTINADOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	9
2.3. UM FENÔMENO CHAMADO ESPORTE.....	25
2.4. CURITIBA: A “CAPITAL SOCIAL”.....	33
2.4.1 A POLÍTICA MUNICIPAL DO ESPORTE EM CURITIBA.....	36
3. METODOLOGIA	41
4. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS	45
4.1. OS PROJETOS GOVERNAMENTAIS.....	45
4.1.1 CENTRO DE APRIMORAMENTO DE TALENTOS ESPORTIVOS.....	47
4.1.1.1 CATES CEL´S.....	49
4.1.1.2 CATES CONVÊNIOS.....	49
4.1.1.3 CATES ITINERANTE.....	50
4.1.1.4 CATES ASSOCIAÇÕES.....	51
4.1.1.5 CATES ASSESSORAMENTO.....	52
4.1.1.6 CATES TORNEIOS.....	52
4.1.1.7 CATES ESTÁDIO.....	53
4.2. PROJETOS NÃO GOVERNAMENTAIS.....	53
4.2.1 INSTITUTO COMPARTILHAR.....	53
4.2.1.1 PROJETO ESPORTE EM AÇÃO.....	54
4.2.1.2 PROJETO CENTRO REXONA ADES DE VOLEIBOL.....	56
4.2.2 INSTITUTO AYRTON SENNA.....	59
4.2.2.1 O PROJETO GRALHA AZUL.....	59
4.2.3 A AGINARC E O PROJETO CRIANÇA NA QUADRA.....	61
4.3. LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO AO ESPORTE.....	61
5. PARA FINALIZAR: O INÍCIO DA DISCUSSÃO	63
REFERÊNCIAS	67
ANEXOS	72

RESUMO

O presente trabalho é um levantamento dos projetos sociais realizados na cidade de Curitiba que utilizam o esporte como meio de inclusão para crianças e adolescentes em situação de risco social. Considerando que a sociedade atual vem se desenvolvendo sob um modelo econômico, político e social que privilegia os princípios do lucro e do acúmulo de bens, podemos dizer que gera-se um rompimento com as relações interpessoais e sociais, legitimando o estabelecimento de uma sociedade de excluídos. De fato, as alternativas de sobrevivência dadas à infância e a adolescência são bastante limitadas. A falta de recursos tem levado a um empobrecimento dos serviços sociais, inviabilizando a concretização dos direitos que a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente se propõem. Nesse contexto, estabelecem-se parcerias entre agências governamentais e organizações da sociedade civil e surgem inúmeras instituições e projetos voltados a essa parcela da população. Nesses projetos, o esporte vem sendo cada vez mais utilizado, por ser considerado um excelente meio para promover o desenvolvimento humano e garantir os direitos presentes nas leis. Nesta pesquisa, foram analisados os projetos sócio-esportivos governamentais, desenvolvidos pela Prefeitura Municipal, através da sua Secretaria de Esportes e também os projetos realizados por Organizações Não Governamentais, verificando-se uma estreita relação entre ambos, no que diz respeito ao financiamento e à gestão. Não se pretende aqui finalizar essa análise, mas sim dar início ao debate desse fenômeno que vem crescendo a cada dia.

PALAVRAS-CHAVE: projetos sócio-esportivos, inclusão, crianças e adolescentes em situação de risco social.

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A sociedade atual vem se desenvolvendo sob um modelo econômico, político e social que privilegia os princípios da propriedade, da busca do lucro e do acúmulo de bens (Alexandre SCHERER, 2001). Tendo em vista essa ordem mundial, evidenciou-se a preocupação com a industrialização, a urbanização e a racionalização. Dessa forma, podemos dizer que gera-se um excessivo individualismo e um possível rompimento com as relações interpessoais e sociais.

Se não há compromisso com o social, legitima-se o estabelecimento de uma sociedade de excluídos (Ermélio ROSSATO, 2002). Para José Antonio SEGATTO (1999), a história brasileira caracterizou-se por ter sido marcadamente excludente e autoritária. Um processo histórico, no qual a restrição aos direitos de cidadania e a limitação da democracia tem sido uma constante.

Em vista disso, de acordo com Giovani PIRES (1997), conseqüências dessa exclusão podem ser sentidas nos mais diferentes âmbitos da sociedade, especialmente por aqueles que, ao se encontrarem num processo de desenvolvimento, estão mais suscetíveis: as crianças e os adolescentes.

Diante dessa realidade social de profundas contradições, marcada por uma acentuada desigualdade social, em que de um lado temos um vertiginoso desenvolvimento técnico-científico e de outro um grande contingente de pessoas em situação de miséria, destacamos a investigação sobre os espaços que vem sendo idealizados para atender a infância, bem como o tipo de trabalho educativo desenvolvido por essas instituições.

De acordo com Miriam LEITE (1999), o final do século XX traz a infância como uma das questões de urgência para o Estado e para as políticas não governamentais, que focalizam os “meninos de rua”, o trabalho infantil, a pobreza, a exclusão da cidadania, a delinqüência e a violência. No entanto, essas análises acerca da infância nos têm oferecido dados alarmantes sobre a situação da criança e atestado as grandes dificuldades que acompanham as instituições e programas diretamente relacionados à inclusão infantil (Marcos Cezar de FREITAS, 1999).

De fato, as instituições e projetos que trabalham com crianças em risco social realizam diferentes trabalhos educativos e muitos deles utilizam o esporte como meio para promover a inclusão social e o desenvolvimento humano. Entendendo que a idéia fundamental do desenvolvimento humano, de acordo com Walderez HASSENPFUG (2004, p. 9), está “na realização plena dos direitos humanos, na promoção da liberdade e na oferta eqüitativa de oportunidade para a pessoa desenvolver seus potenciais”.

Esses direitos remetem essencialmente aos direitos sociais, pois referem-se a exercícios de liberdade, de reconhecimento de existência em situações iguais aos demais seres humanos, de acesso aos bens gerados socialmente, produtos e serviços que suprem as necessidades básicas em cada tempo. Quando falamos em direitos, necessariamente pensamos em um universo que supomos ser para todos, embora saibamos que nenhuma sociedade os tenha acolhido sem restrições. Assim, os direitos humanos, para Carlota BOTTO (1999), podem ser encarados como um feixe de valores considerados universalmente válido, quaisquer que sejam as situações que os envolvam.

Uma das justificativas da utilização do esporte nos programas que se propõe a garantir os direitos da infância e da adolescência é a sua força no processo de sociabilização. Atribui-se ao esporte mecanismos que possibilitam às crianças várias experiências pelas quais elas interiorizam valores que poderiam ser classificados como aspectos positivos.

Para HASSENPFUG (2004, p.13), o esporte é “mais do que uma ferramenta, um método privilegiado que contribui de forma significativa para a educação integral das novas gerações, preparando-as para enfrentar com competência os desafios presentes em sua vida pessoal, social e profissional”.

Nos últimos anos, conceitos como esse foram disseminados por todo o país e o número de projetos sócio-esportivos¹ cresceram significativamente, cada vez mais utilizando o esporte na tentativa de reverter a situação de milhares de crianças e jovens que moram em comunidades de baixa renda.

¹ O termo “sócio esportivo” vem sendo empregado na literatura há algum tempo para designar os projetos que utilizam o esporte na perspectiva de promover o desenvolvimento social.

No entanto, esses programas esportivos e as políticas públicas que os cercam ainda carecem de mais pesquisas e não se tem ainda um diagnóstico preciso sobre quais são esses projetos, onde eles estão concentrados, como são financiados e por quem são dirigidos.

Nesse sentido, se faz necessário saber, a partir da realização desta pesquisa: quais são os programas e projetos sociais, governamentais ou não, que desenvolvem trabalhos utilizando a perspectiva da inclusão através do esporte na cidade de Curitiba?

1.2. JUSTIFICATIVA

O presente estudo justifica-se na medida em que apresenta uma preocupação em entender como o esporte pode servir e vem sendo utilizado como instrumento para garantir a crianças e jovens oportunidades de desenvolvimento humano a que têm direito e que estão previstas na legislação do país, como por exemplo, o artigo 227 da Constituição Federal ou o Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.3. OBJETIVOS

Analisar o que são projetos sociais e quais as condições que caracterizam uma criança em risco social.

Mapear os projetos sociais, que atendam crianças e jovens da cidade de Curitiba, nos quais o esporte assume o papel de articulador da ação educativa, analisando seus princípios gerais, metodológicos e de gestão.

Fazer um levantamento sobre as pessoas ou grupos, organizações governamentais ou não-governamentais, universidades, clubes esportivos, e secretarias de governo que desenvolvem programas sócio-educativos com ênfase no esporte na cidade de Curitiba.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. A EXCLUSÃO E AS CRIANÇAS EM RISCO SOCIAL

Se você quiser pode até sentir
o cheiro dos meninos da rua
Neles você pode se ver
Se você quiser pode até sentir
o toque daquela mão fria,
Que suja para sobreviver
Se quiser vai ver
Se você quiser pode até sentir
o gosto da barriga vazia,
fome não te deixa crescer
Se quiser vai ter
Se você quiser pode até sentir
a força, a beleza e a alegria,
no corpo do menino que vê

(Marlos Soares – Se você quiser)

Antes de falarmos sobre os projetos sociais esportivos analisados neste trabalho, é imprescindível conhecermos a população a que se destinam esses programas: a criança e o adolescente em situação de risco social.

Conhecer sua realidade, o bairro onde vive, sua condição de subsistência, enfim, todo o universo que acompanha a criança, se faz necessário, na medida em que entendemos que um programa social somente será válido se perceber a que público ele está pretendendo beneficiar.

O presente trabalho não pretende aprofundar as questões referentes ao atual sistema econômico instaurado no país, nem tão pouco discorrer sobre os modos de produção e distribuição de bens. Embora saibamos que uma análise das políticas para a infância e a adolescência no Brasil exigiria considerar todo o conjunto de relações sociais, econômicas, ideológicas e políticas, pois traz à reflexão o processo de formação do ser humano, da mão de obra, da identidade, e outras questões.

No entanto, evidentemente, torna-se impossível entender como nascem os projetos sociais sem perceber como surge a necessidade de integrar crianças e jovens excluídos socialmente. Dessa forma, pretendemos privilegiar aqui o ângulo

de análise das relações políticas, colocando a questão da infância e da adolescência, e as políticas sociais que as cercam, no centro da discussão.

Como nos apontam Cynthia VEIGA e Luciano de FARIA FILHO (1999), pensar na infância marginalizada é, antes de tudo, pensar no cenário da produção da exclusão.

Freitas (1997, p. 10) traçando uma visão sobre o século XX, nos apresenta que “as carências infantis de toda ordem têm sido associadas a uma questão maior que é a do desenvolvimento econômico reconhecido como ‘chave’ para a solução de tais problemas”. Assim, nos cabe estabelecer, num primeiro plano, a relação entre a infância e a sociedade.

No Brasil, de acordo com Edson PASSETI (1998), com a Proclamação da República em 1889, esperava-se um regime político democrático orientado para dar garantias ao indivíduo, num território amplo e de natureza abundante e generosa.

Como nos mostra Pedro CALMON (2002, p. 11), por toda parte “alardeavam-se os indícios de uma prosperidade espontânea, de uma riqueza múltipla, de uma civilização penetrante e expansiva”. Rompia-se com a Monarquia e com a Igreja e até mesmo o nome do país mudou: agora, Estados Unidos do Brasil, República Federativa, união de Estados autônomos. Anunciava-se uma nova nação, que se propunha a rivalizar com as grandes potências internacionais, assumindo um papel diretivo na América do Sul, pois a República recém instalada, era anunciada como a nova era do progresso e da ordem.

No entanto, essa euforia com a chegada do Novo Regime durou pouco. Logo em 1922, “todas as excitações do desencanto, todas as impaciências da desilusão tomavam conta do país e já não tínhamos mais republicanos de qualquer modo contentes com a República que aí estava” (CALMON, 2002, p. 207).

Assim, veio um século no qual a sociedade não teve seus direitos atendidos, não desfrutou do desenvolvimento político e econômico do país. Milhares de crianças experimentaram crueldades inimagináveis, geradas algumas vezes na própria família, nas escolas, nas fábricas, nos confrontos entre gangues, nos internatos ou nas ruas.

De fato, atualmente, apesar do país estar entre as 10 maiores economias do mundo, mantém uma das mais altas taxas de desigualdade social. De acordo com

Vilma BARBAN (1999), no Brasil existem mais de 32 milhões de pessoas excluídas dos direitos mais elementares. Cerca de 40% dos brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza, não dispondo de recursos mínimos para sobrevivência digna, ficando à margem da quantidade de bens e produtos gerados.

Os dados oficialmente apresentados pelo governo brasileiro à Conferência Mundial de Desenvolvimento Social (1995), apontam que, dos 156,3 milhões de brasileiros, cerca de 16,6 milhões são indigentes e 32 milhões defrontam-se diariamente com o problema da fome. Esses dados do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPEA) são para 1990. Dados mais atualizados constataam que 42 milhões de pessoas, ou seja, 26,8% da população, não têm renda suficiente para atender demandas básicas de alimentação, moradia, escola, saúde, etc (BARBAN, 1999).

Para nós, fica bem claro que o problema não é simplesmente falta de recursos, mas principalmente desigualdade no acesso e distribuição dos bens naturais e produzidos pela sociedade pois, recorrendo novamente aos dados estatísticos, 10% dos brasileiros detêm 50% da renda gerada na economia. No que se refere à propriedade rural, menos de 1% dos estabelecimentos detêm mais de 40% da área total do país.

Para Ângelo Luiz VARGAS (1995), isso se deve ao crescimento econômico desordenado, ao desenvolvimento dirigido para o benefício de poucos, ao descaso pelas condições de trabalho, habitação e saúde da população ao longo de muitos anos. Dessa forma, chegou-se a um quadro de pobreza e condições sub-humanas de existência que vem se agravando a cada dia.

Os dados referentes da situação da infância e da adolescência brasileira são ainda mais alarmantes: 3,5 milhões de crianças trabalham no Brasil, sendo que mais de um terço tem entre 10 e 14 anos e trabalham na agricultura; 47,6% das crianças não são remuneradas pelo seu trabalho; 9 milhões de crianças entre 10 e 14 anos vivem em situação de pobreza; 32 milhões de crianças vivem em famílias com renda mensal per capita de meio salário mínimo.

No Paraná, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 20,1% das crianças entre 10 e 13 anos trabalha, índice bastante superior à média nacional (14,3%), o que coloca o Estado em segundo lugar em exploração do

trabalho infantil, atrás apenas do Piauí. O setor rural contribui significativamente para a elevação deste índice, empregando 37% das crianças entre 10 e 13 anos (cerca de 110 mil) nas lavouras do Estado.

A exploração também atinge crianças menores de 10 anos de idade, o que pode aumentar para 300 mil o número de crianças paranaenses submetidas ao trabalho em idade precoce.

Nesse contexto, Miriam LEITE (1997), nos aponta que a infância tornou-se uma questão candente para o Estado e para as políticas não governamentais, para o planejamento econômico e sanitário, para legisladores, psicólogos, antropólogos e educadores, para a criminologia e para a comunicação de massa.

Mas, enfim, quais são os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes? O que significa dizer que o segmento infanto-juvenil encontra-se em “situação de risco”?

Para Marta Marília TONIN (1996, p. 15), “criança e adolescente vivem uma situação de risco sempre que tiverem negados, negligenciados, os seus direitos fundamentais; quando forem discriminados, explorados, violentados, tratados com crueldade e opressão”.

Como ser humano em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis e sociais garantidos na Constituição e nas leis, a criança e o adolescente têm o direito à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar ou comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, bem como à profissionalização e à proteção no trabalho (TONIN, 1996).

As crianças adjetivadas, como trata Verônica Regina MÜLLER (1997), são exatamente os frutos da violência social e que necessitam de um qualificativo para que se fale delas. São os meninos (as) de rua, crianças carentes, que vivem da rua e na rua, crianças que não freqüentam regularmente a escola, para as quais as possibilidades de roubar, servir ao tráfico, são maiores.

Portanto, quando nos referimos à criança em risco social, estamos falando da população infanto-juvenil que não dispõe de condições adequadas de habitação, saúde, alimentação, educação e lazer. Referimo-nos às crianças que convivem diariamente com a presença das drogas, da violência, da marginalidade e da exploração, seja nas ruas ou em suas próprias casas.

Para TOSIN (1996), outro fator que tem sido causa da situação de risco em que se encontra a criança e o adolescente brasileiro é a perda do vínculo familiar. Tanto a Constituição Federal quando o Estatuto estabelecem o direito ao convívio familiar, pois a família é considerada o lócus adequado para o desenvolvimento e a convivência das crianças. Assim, “o vínculo afetivo que os une é fundamental para a construção de sua integridade física, psicológica e moral. As ameaças à convivência familiar e comunitária podem colocá-las numa situação de risco” (p. 19).

Segundo PASSETI (1986, p. 11), muitas crianças não encontram um modelo de família que lhes ofereça a primeira forma de sociabilidade. O autor cita dois tipos de família na sociedade brasileira:

Há um modelo de família organizada, aquela que pai e mãe, casados, habitam a mesma residência, contribuem com o pagamento de seus impostos ao bem-estar, obtêm o sustento para os filhos e fornecem educação a eles pelo trabalho. Porém, existe um outro modelo, a família desorganizada, criança filha de mãe solteira, fruto de relações extraconjugais ou cujos pais não têm condições de obter seus meios de subsistência pelo trabalho e, por conseguinte, habitam a chamada ‘periferia’ das grandes cidades, freqüentando esporadicamente a escola, convivendo com garotos e garotas nas ruas, assim é filha de uma família desorganizada.

Surge então o que chamamos de “infância em situação de risco social e pessoal, conceituação que se aplica a crianças e adolescentes abandonados, desvalidos ou infratores” (COLOMBO, 2002, p. 81).

Dessa forma, a criança em risco social é aquela que se encontra efetivamente desamparada da proteção familiar e da comunidade, tornando-se, em conseqüência, vulnerável à exploração de terceiros e a uma variedade de perigos físicos e morais. Passando a maior parte do tempo na rua, tendo pouco ou nenhum acesso a serviços básicos como saúde e educação.

No entanto, é necessário observar que essa conceituação, usada atualmente para designar crianças e adolescentes desfavorecidos socialmente, é um fenômeno recente. Até poucas décadas atrás, utilizavam-se designações como: menor, menor abandonado ou em situação irregular². E não raras vezes, os termos abandonado e infrator eram empregados como sinônimos.

² Veremos mais adiante que somente com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, abandonou-se o uso do termo “menor”, por considerá-lo carregado de preconceitos.

Isso não poderia ser diferente já que nem sempre existiu esse destaque para a criança e o adolescente. Como observaremos no próximo capítulo, a descoberta, a valorização e a importância social da infância foram modificadas com o passar do tempo. Assim, devemos perceber que a construção de uma representação específica da criança nos legou um acervo de políticas sociais diferentes, de acordo com o período histórico a que se destinavam.

2.2. DO SURGIMENTO DA INFÂNCIA AOS ATUAIS PROJETOS SOCIAIS DESTINADOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

“Ninguém pode se por acima das lutas sociais
porque ninguém pode se por acima da humanidade “

(Bertolt Brecht)

Quando surgem os projetos sociais destinados a atender às crianças e os adolescentes em situação de risco social?

Antes de pensarmos no surgimento de tais projetos, é necessário percebermos, primeiramente, o aparecimento da própria criança. Pois, para se compreender o status que a criança e o adolescente ocupam na sociedade atual, precisamos entender quando eles passam a ter importância social, já que a noção de infância e adolescência é uma construção histórica associada a fatores econômicos, demográficos e culturais. Além disso, como nos mostra VEIGA e FARIA FILHO (1999, p. 24), “investigar as representações de infância de uma maneira geral e, particularmente, da infância abandonada, produzidas em outros tempos e lugares possibilitará uma maior sensibilização e acuidade na percepção dessas representações que vivemos e produzimos hoje”.

Como já dissemos anteriormente, nem sempre existiu o conceito de infância da forma que conhecemos hoje. Para Irineu COLOMBO (2002, p. 25), o sentimento de infância emergiu na Europa, no fim do período medieval. Antes disso, não existia interesse pela figura da criança:

... elas [as crianças] não tinham particularidades a se destacar, como cuidado com a educação, não eram retratadas e lembradas nas memórias da família e não eram consideradas para serem apresentadas à sociedade. A criança não contava. Isso se deve ao alto índice de mortalidade infantil, pois a criança recém-nascida, com dificuldades na alimentação e higiene, poderia morrer brevemente, então não valeria a pena se preocupar com o seu futuro, com o batismo e com sua memória. [...] Para uma mãe, era demasiado caro aos sentimentos, apegar-se a um infante que tinha grande chance de morrer, por isso o desapego às coisas da infância.

Nesse contexto, assim que a criança superava esse nível de alta mortalidade, ela se confundia com os adultos.

Pode parecer uma insensibilidade pensar dessa forma, no entanto, para COLOMBO (2002), não devemos nos surpreender, pois era natural para as condições da época.

Na medida em que acontecem progressos demográficos, melhorias na alimentação e na higiene e, por conseqüência, uma diminuição na mortalidade infantil, a criança passa a ser considerada importante e representativa socialmente.

A partir do século XVI, como nos aponta COLOMBO (2002, p. 26), começam a surgir sentimentos novos em relação à criança. Esse primeiro sentimento “estava ligado à graça, à gentileza e à ingenuidade da criança, fonte de distração e encanto do adulto”.

Já no século XVII, um outro sentimento de infância passa a existir, “voltado para a preocupação com a formação moral e a disciplina, então a escola passa a ser a instituição que exercerá essa função [...] O cuidado com a criança está na medida em que se tem medo de perder o domínio sobre ela” (COLOMBO, 2002, p. 27).

Somente algum tempo depois da descoberta da infância, o adolescente passa também a ter importância na história. Para Philippe ARIÈS (1981, citado por COLOMBO, 2002, p. 31), até o século XVIII, o adolescente foi confundido com a criança e “a partir do ano 1900 a adolescência se expandiria, empurrando a infância para trás e a maturidade para frente”.

É importante destacarmos que essa mudança também foi acompanhada de uma transformação na forma de se ver a sociedade. A criança era tida como o futuro adulto e, portanto, deveria desde cedo ser docilizada. Era interessante para a monarquia ter uma grande população disciplinada.

Assim, “as primeiras leis de proteção à infância incorporam os mecanismos de disciplinamento e assistência que existiam, em função dos interesses do Estado

moderno. Em Portugal, a criança passa a ser protegida e esta proteção ganha caráter jurídico tendo em vista os interesses da época” (COLOMBO, 2002, p. 33).

Na Alta Idade Média, a assistência dada à infância estava embasada na piedade e na caridade cristãs. Nesse período, a Coroa, juntamente com a sociedade e a Igreja Católica, cria as primeiras instituições de assistência à infância. Por volta de 1750, Portugal enfrenta um aumento populacional e, com isso, um aumento no abandono das crianças. Buscando novas formas de solucionar tais problemas, o país começa a adotar políticas públicas de controle e disciplinamento social com a ajuda da ciência: são as concepções filantrópicas (MARCÍLIO, 1997).

No Brasil, a atenção dada à infância, desde o início da colonização, como não poderia deixar de ser, foi marcada pela influência do que era praticado em Portugal.

Mary DEL PRIORE (1998, citada por COLOMBO, 2002, p. 36), nos aponta que “os primeiros padrões de crianças no Brasil são os mesmos da Europa quinhentista”, onde se via a imagem da criança ligada à doçura e à afabilidade.

O atendimento social no Brasil, de acordo com Mariza CORRÊA (1997), esteve primeiramente ligado à Igreja Católica e mais tarde a grupos de caridade, organizados por mulheres de famílias da grande burguesia paulista e carioca.

Essa forma de proteção permaneceu até o aparecimento das primeiras formas de filantropia. Para COLOMBO (2002, p. 42), os primeiros ensaios para uma assistência filantrópica

... surgiram em meados do século XIX, com a criação das Casas de Educandos Artífices em quase todas as Províncias, a partir de 1855. Profundas transformações políticas e sociais ocorreriam no Brasil neste período e com elas a agudização das questões do ‘menor’. A filantropia dava seus primeiros passos, em que juristas, higienistas e o governo, fomentariam a criação de estabelecimentos de proteção e disciplinamento aos meninos. A sociedade brasileira estava rompendo com a ordem oligárquica, implementando a ordem burguesa, extinguindo o regime escravista e a Monarquia.

Nesse contexto, percebemos que não bastava mais a idéia de salvar a alma das crianças abandonadas, eram necessárias propostas mais eficazes para minimizar o problema e com isto controlar essa infância moralmente abandonada, considerada perigosa. Deste modo, era preciso ações de disciplinamento e recuperação das crianças.

Assim, surgem os discursos de preocupação com a infância abandonada. Irene RIIZZINI (1995, p. 325), nos aponta um trecho do discurso do Professor Candido Motta, Deputado pelo Estado de São Paulo, em 1909:

... de todos os infortúnios, o da infância abandonada ou culpada é o mais digno da nossa solicitude. Os doentes, alienados e velhos são certamente carecedores de todo o interesse, mas, a maior parte desses infelizes é composta de miseráveis já no declínio da vida. O menor abandonado, ao contrário, vai crescer: segundo a educação que receber *tornar-se-á um perigo para os que o cercam*,³ ou um honrado capaz de formar, por exemplo, núcleos de homens de bem.

A partir do ano 1920, a caridade praticada prioritariamente por instituições religiosas cede lugar às ações governamentais como políticas sociais (PASSETI, 1998). Nesta década, nos aponta COLOMBO (2002), três fatos marcam o início da jurisdição da criança e do adolescente: a primeira Declaração dos Direitos da Criança (Declaração de Genebra), em 1923, a criação do Juízo Privativo dos Menores Abandonados e Delinqüentes (em 1924) e a promulgação do primeiro Código de Menores em 1927.

Como nos mostram (VEIGA e FARIA FILHO, 1999, p. 50), no regulamento de assistência e proteção de menores, criado no mesmo ano da Declaração dos Direitos da Criança, estava estabelecido o vínculo entre o menor, ou a situação de abandono, e a delinqüência, indicando uma classificação em torno de sua posição:

Menores abandonados são os que possuem menos de 18 anos, não têm habitação certa, podem ou não possuir pais, familiares ou tutores, mas não se encontram sob suas guardas ou esses não apresentam condições morais e/ou financeiras de exercer essa guarda e apresentam condutas contrárias à moral e aos bons costumes, estão em estado de vadiagem, mendicidade ou libertinagem. Os menores pervertidos são os vadios, mendigos ou libertinos que se mostram refratários a receberem o ensinamento de pais e tutores, entregam-se às práticas imorais como a prostituição, ou atos obscenos, e vivem do expediente das esmolas

Com o aparecimento do Código de Menores, também chamado Código Mello Mattos, o Estado respondeu pela primeira vez com a internação,

³ Grifos meus.

responsabilizando-se pela situação de abandono e propondo-se a aplicar os corretivos necessários para suprimir comportamentos indesejáveis.

A correção de comportamentos era necessária, já que a imagem do menor estava intimamente ligada à questão da marginalidade. Como nos aponta CORRÊA (1997, p. 92), “tão presente na nossa vida cotidiana a idéia de que o menor (já sinônimo de menor abandonado) é um delinqüente em potencial pode ser aferida todos os dias, em nossos meios de comunicação”.

Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas assume a presidência, e a sociedade passa a ser representada pela nova oligarquia empresarial urbana, pela oligarquia rural enfraquecida e pelos operários sindicalizados e tutelados pelo Estado. O governo se fortalece e hegemoniza o poder em todo o território nacional, abrangendo setores como a educação, a assistência social e a as políticas para os menores.

Outras legislações, nesse período, buscam sistematizar a atuação do Estado no controle da sociedade. Para os menores, são criadas ações pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr), em 1940, pelo Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM), em 1941 e pela Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁴ em 1942.

Irma RIZZINI (1995, p. 278), nos aponta que o SAM “alcançou uma fama tal que, automaticamente, ns remete à imagem de uma enorme estrutura cuja atuação representava mais uma ameaça à criança pobre do que propriamente proteção. ‘Escola do Crime’, ‘Fábrica de Criminosos’, ‘Sucursal do Inferno’, são representações que o órgão adquiriu com o tempo”.

Para nós, fica muito claro que, através dessas ações, o governo atua mais no controle da ordem social que na assistência à infância pois, como nos mostra COLOMBO (2002, p. 68), “a repressão se dá em nome da segurança nacional”.

Assim, “a política da infância, denominada ‘política do menor’, vai ter uma longa duração e uma profunda influência nas trajetórias das crianças e adolescentes pobres desse país” (FALEIROS, 1995, citado por COLOMBO, 2002, p. 68).

⁴ A LBA, criada pela primeira dama Darcy Vargas, tinha como objetivo assistir às famílias dos convocados na II Guerra Mundial. Passou a partir de 1945 a dar prioridade à assistência à maternidade e à infância, apressando o fim de seus compromissos com as famílias dos convocados.

Para Maria Luiza MARCÍLIO (1997), foi somente a partir de 1960 que houve uma profunda mudança de orientação na assistência à infância. Começava a fase do Estado do Bem-Estar e assim inseriam-se em nossa sociedade os Direitos Internacionais da Criança, proclamados pela ONU nos anos de 1950.

Durante a Ditadura Militar, com a Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM), em 1964, foi extinto o SAM, e criada a Fundação de Bem Estar do Menor (FUNABEM). Dessa forma, como nos aponta PASSETI (1999, p 357), é introduzida a metodologia interdisciplinar e a periculosidade dos menores é dirigida ao caráter médico:

A intenção principal ao se adotar a nova metodologia científica, fundamentada no conhecimento 'biopsicossocial', era a de romper com a prática repressiva anterior criando um sistema que considerasse as condições materiais de vida dos abandonados, carentes e infratores [...] Crianças e jovens eram caracterizados como 'menores' provenientes das periferias das grandes cidades [...] A nova política de atendimento organizada para funcionar em âmbito nacional pretendia mudar comportamentos não pela reclusão do infrator, mas pela *educação em reclusão*⁵... para formar um indivíduo para a vida em sociedade.

Não temos dúvidas de que a estratégia do governo é de privilegiar, ao mesmo tempo, a preservação da raça, a manutenção da ordem e o progresso da nação e do país.

Em 1979, após a Declaração Universal dos Direitos da Criança, é elaborado o segundo Código de Menores, lei federal nº 6.697. Uma novidade nesse código foi a de considerar a proteção da infância como um direito de todas as crianças e um dever do Estado. No entanto, prevaleceu a poderosa atuação do juiz de menores.

Além disso, foram criadas instituições de internamentos como as FEBEMs⁶ e passou-se a utilizar o termo 'menor em situação irregular' que, como nos mostra Vicente de Paula FALEIROS (1995, p. 81), significava

a privação de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítima de maus tratos; por perigo moral, em razão de exploração ou encontrar-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvio de conduta ou autoria de infração penal. Assim as condições sociais ficam

⁵ Grifos meus.

⁶ Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor.

reduzidas às ações dos pais ou do próprio menor, fazendo-se da vítima um réu e tornando a questão ainda mais jurídica e assistencial, dando-se ao juiz o poder de decidir sobre o que seja melhor para o menor: assistência, proteção ou vigilância.

Com isso, o novo Código consagrava o que já vinha sendo feito e permitia continuar internando crianças e adolescentes pertencentes a famílias de baixa renda (MARCÍLIO, 1997).

Portanto, percebemos que desde o Código de Menores de 1927 até a Política Nacional do Bem Estar de Menor, consagrada no Código de Menores de 1979, foram mais de cinquenta anos usando da prática de internação para crianças e jovens. Em certos momentos a ênfase esteve na correção de comportamentos, em outros, na educação para a integração social. Porém, fica evidenciado que o termo menor (utilizado para designar crianças e adolescentes de famílias pobres) era considerado sinônimo de delinqüente, infrator.

Na década de 1980, devido à recessão econômica, associada aos movimentos de greve e vitórias da oposição, o governo começa a diminuir o controle ditatorial.

Com o início da abertura política, diversos segmentos organizados começaram a exigir revisão imediata do código, exigindo mudanças no ordenamento jurídico, policial e social de atendimento à infância .

Entre essas organizações, de acordo com Maria GREGORI e Cátia SILVA (2000), estava o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR), que surgiu em 1985, reunindo militantes e profissionais de projetos de educação social engajados na modificação da legislação da infância. Esse movimento procurou diferenciar-se das demais organizações mobilizando as próprias crianças (de rua ou não) na defesa de seus direitos. Meninas e meninos participam de núcleos regionais e dos encontros nacionais que acontecem em Brasília desde 1986 e servem como palco de denúncias de violência, assassinatos e maus tratos contra crianças e adolescentes.

Esse novo cenário político do Brasil fez com que se concebesse uma Constituição voltada para questões mundialmente debatidas concernentes à defesa dos direitos humanos de todos os cidadãos – a Constituição Cidadã – conforme ficou conhecida (Irma RIZZINI, 1995).

A Constituição de 1988 expressou o fim da estigmatização formal pobreza-delinquência e abandona-se definitivamente o termo 'menor', carregado de preconceitos (PASSETI, 1998).

Em seu Artigo 227, a Constituição Federal afirma que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em 1989 vemos aprovada a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, assinada pelo Brasil e pela maioria dos países do mundo.

Estavam criadas as bases da mobilização que tornou possível o debate em torno das questões da infância e da adolescência. Nesse contexto, surge a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, denominada **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**.

A aprovação do Estatuto, diferentemente da trajetória seguida no passado, simbolizou o clímax de um movimento social, que contou com a participação de uma diversidade de atores pela primeira vez presentes na história da legislação aqui retratada. O processo de elaboração e aprovação da lei foi possível devido à conjuntura política vivida pelo país, acompanhando a orientação mundial de defesa dos direitos humanos de cada cidadão (Irmã RIZZINI, 1995).

O Estatuto surge enfatizando a educação na formação do futuro cidadão. Como nos mostra COLOMBO (2002, p. 77):

O ECA é promulgado em 1990, fazendo desaparecer o termo *menor* e colocando em seu lugar os conceitos de criança e adolescente, considerando-os como sujeitos de direito, como cidadãos, e propugnando a doutrina da proteção integral. Estabelece uma articulação entre o Estado e a sociedade, municipalizando e criando conselhos e fundos para garantir execução das políticas sociais de proteção.

A proteção integral, a que se refere o ECA, consiste em garantir a todas as crianças e adolescentes os direitos referentes à sobrevivência, desenvolvimento pessoal e social, integridade física, psicológica e moral.

Assim, “surgiu uma nova ordem de prioridades no atendimento social que ultrapassou o nível da filantropia privada e seus orfanatos, para elevá-la às dimensões de problema de Estado com políticas sociais e legislação específicas” (PASSETI, 1998, p. 347).

Esses princípios se repetirão no parágrafo único do artigo 4º do ECA:

A garantia de prioridade compreende: primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Ainda de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança, para os efeitos da lei, a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

O Estatuto enfatiza a necessidade de assegurar os direitos de todas as crianças e adolescentes, existindo uma perspectiva de ação global a partir de três pontos fundamentais:

- ✓ Desenvolvimento de políticas sociais básicas para todos os cidadãos-crianças e adolescentes, possibilitando acesso à educação, saúde, etc.;
- ✓ Desenvolvimento de Programas Assistenciais, de modo a complementar as Políticas Básicas, visando suprir as necessidades vitais das crianças e adolescentes das camadas mais pobres da população;
- ✓ Estabelecimento de proteção jurídico-social para a infância e adolescência, inclusive às vítimas de maus tratos e violências de qualquer tipo.

As ações voltadas ao atendimento infante juvenil, como nos mostram as assistentes sociais Elisabete BORBA, Lenyr BORSA e Roldite ANDREATTA (2001, p. 42), estão distribuídas em quatro grandes áreas:

- ✓ Políticas Sociais Básicas: são aquelas reconhecidas como direito de todos e dever do Estado, portanto sua cobertura é universal, tais como saúde e educação;

- ✓ Assistência Social: é direito de todos aqueles que estejam em estado de necessidade, dando cobertura a todos os que dela necessitam, como cesta básica, abrigo, auxílio temporário, etc;
- ✓ Proteção Especial: as medidas especiais de proteção são um direito das crianças e adolescentes violados ou ameaçados em sua integridade física, psicológica e moral em razão de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão;
- ✓ Garantias: as garantias do ECA referem-se aos direitos individuais e coletivos das crianças e adolescentes.

Evidentemente, o Estatuto é um avanço em relação à legislação anterior. No ECA, crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direito e não mais como 'menores' que oferecem riscos à sociedade. Para o sociólogo chileno Francisco PILOTTI (1995, p. 31), "o caso do Brasil é particularmente interessante [...] dadas as características particulares de seu Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta lei representa, tanto em sua forma de produção como em seu conteúdo, uma verdadeira ruptura com a tradição anterior da irregularidade, assim como um caso de aplicação rigorosa do novo paradigma da proteção integral".

Por outro lado, a principal crítica que se pode fazer ao Estatuto diz respeito à sua inaplicabilidade: no papel, prevê a garantia do atendimento pleno à criança e ao adolescente. Porém, ele paira sobre uma sociedade em crise, que impossibilita aos indivíduos terem realmente seus direitos atendidos.

Com o ECA, as crianças e os adolescentes passaram a ser considerados cidadãos de direito. No entanto, se faz necessário entender que, como nos mostra Adilson Marques GENARI (1999, p. 87), cidadão "é o individuo no gozo dos seus direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este". Ainda de acordo com o autor, atualmente cidadania significa muito mais do que isso, porque ganhou um significado todo especial no seio dos movimentos sociais de defesa dos direitos civis. Vem se tornando, na verdade, quase que uma palavra de ordem organizadora de movimentos sociais contra as mais diversas carências sociais pelas quais passa o povo brasileiro, desde a luta mais crua pela sobrevivência, como o direito à alimentação, à moradia e ao trabalho.

Dessa forma, como dizer que a partir da criação do Estatuto, as crianças e os adolescentes passaram realmente a serem considerados cidadãos?

Para Maria Alice GONÇALVES (2003, p.137), não há como negar que a Nova Constituição ampliou o conceito de proteção social do país:

Houve conquistas, como a universalização do acesso aos serviços de saúde, a elevação das aposentadorias dos trabalhadores rurais [...]. Porém, a efetiva implementação do orçamento da seguridade e programas federais de caráter assistencial foram substituídos por organizações não-governamentais, por ações localizadas de governos municipais e por 'inovações gerenciais', que por definição, não tem expressão orçamentária .

Assim, a realidade ainda é muito desumana. No final dos anos 90, de acordo com VEIGA e FARIA FILHO (1999), presenciamos não só um aumento significativo de meninos, meninas e jovens nas ruas, como também um crescimento da violência no seu tratamento: na mídia são expostas freqüentemente notícias de assassinatos, espancamentos, exploração do trabalho infantil, crianças fora da escola e sem atendimento médico.

Os direitos da infância são negados diariamente, apesar de legalmente afirmados. Em nosso país, ainda existem milhares de crianças e adolescentes trabalhando em depósitos de lixo, carvoarias, pedreiras, lavouras e tantos outros trabalhos desgastantes. Sendo exploradas sexualmente, ficando expostas a privações e carências de todos os tipos pois, como nos aponta Maurício Roberto da SILVA (1997, p. 344),

a saga das crianças e adolescentes das classes proletárias do século XIX marcou a história da infância e, praticamente, continuou seu curso pelo subsequente, o século XX [...] O Brasil encontra-se ladeado por países como Tailândia, Indonésia e Índia, no que tange ao desrespeito às leis internacionais contra o trabalho forçado, a prostituição infantil e o tráfico de recém nascidos.

Se por um lado, o Estatuto prevê o abandono do termo 'menor', vemos surgir em seu lugar, tantos outros para a definição da infância marginalizada. A alcunha recente de 'meninos de rua', para VEIGA e FARIA FILHO (1999, p. 21), "é inspiradora dos sentimentos ambíguos de pena e medo". Para Marcelo Pereira de ANDRADE (1999, p. 1150), este é outro termo que estigmatiza as crianças e adolescentes e remete a um entendimento de que pertencem ou são provenientes da rua, "quando se sabe que um número relativamente alto de crianças e

adolescentes mantém vínculos com suas famílias, passando o dia na rua e retornando ao anoitecer para suas casas, outros realmente moram nas ruas da cidade, mas são da rua? São crianças e adolescentes que por viverem nestas condições estão em risco”.

Percebemos, além desse, o aparecimento de inúmeros outros esteriótipos para caracterizar a criança pobre: crianças de favela, trombadinhas, ou ainda, pivetes, como nos define José Alfredo Oliveira DEBORTOLI (1997, p. 323):

Pivete é um conceito construído socialmente, estigma imposto às crianças (principalmente às negras) oriundas das camadas populares, que passaram a povoar as ruas das grandes metrópoles. Nesse sentido, tudo o que é associado à imagem desses meninos e meninas é negativo: o pivete é aquele que furta, que pede dinheiro na rua, que cheira cola, que causa arruaça, violência e *incômodo social*.⁷ Pivete: sinônimo de marginal, malandro, bandido.

Além desses termos serem utilizados corriqueiramente nos meios de comunicação, muitas vezes eles trafegam até mesmo entre as discussões acadêmicas. Como nos mostra ANDRADE (1999, p. 1151), exemplos recentes aparecem no I Congresso Regional do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte⁸, onde foi utilizado o termo meninos de rua, “enquanto os demais grupos foram tratados com termos talvez mais acadêmicos como: raça, classe social, gênero, terceira idade e trabalhadores”.

Temos bem claro que a mudança de termos não irá assegurar os direitos constitucionais e a melhoria no atendimento das crianças e adolescentes que estão nas ruas das cidades brasileiras. Alguns pesquisadores da área dirão até que o importante não é como nos referimos a um grupo social, pois o que se deve é mostrar a situação miserável em que se encontram. Outros, dirão que a mudança terminológica é uma postura politicamente correta. O que também não representa nada. Quando se utiliza um termo que o mundo acadêmico e a sociedade consideram correto, não significa que o indivíduo teve uma reflexão da sua

⁷ Grifos meus.

⁸ Jornada PRÉ-CONBRACE (Campinas/SP), para o XI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Florianópolis/SC), na estruturação do Grupo de Trabalho Temático (GTT)10: Educação Física/Esporte e Grupos/Movimentos Sociais.

ideologia, das suas condutas ou mesmo tenha superado seus preconceitos (ANDRADE, 1999).

Contudo, acreditamos que esse pode ser um primeiro passo no sentido de promover uma transformação no rótulo social negativo que identifica essas crianças, além de gerar mudanças no entendimento e nas propostas de atendimento às crianças e adolescentes que vivem à margem da sociedade.

Mas, na prática, como são as condições de desenvolvimento oferecidas a esses grupos?

De fato, as alternativas de sobrevivência dadas à infância e a adolescência são bastante limitadas. A redução dos recursos, para BORBA; BORSA e ANDREATTA (2001, p. 44), tem levado a um empobrecimento dos Serviços Sociais Públicos, inviabilizando a cobertura universal a que a Constituição e o Estatuto se propõem. Para as autoras, “a opção do governo se deu por meio de programas assistencialistas, seletivos de combate à pobreza [...] São ações inexpressivas e insuficientes para enfrentar as causas das desigualdades sociais, exigindo a retaguarda de uma sociedade organizada, com condições de assegurar programas e projetos mais efetivos”. Com isso recai sobre a iniciativa dos cidadãos comuns a proteção da criança brasileira.

Aparecem então dezenas de instituições e inúmeros projetos voltados às crianças em situação de risco social, estabelecem-se parcerias entre agências governamentais e organizações da sociedade civil. O próprio Estado passa a estimular as empresas privadas a se comprometerem com o social, para o enfrentamento da pobreza e da exclusão (GONÇALVES, 2003).

Esse não é um fato recente, desde a década de 1970, vem sendo dada preferência às empresas que revelam sentido de compromisso social, apoiando e patrocinando causas de interesses públicos. As empresas investem em produtos institucionais, como estratégia de reforço de imagem mercadológica. Assim surge um fenômeno chamado marketing social, que, para Gil Nuno VAZ (1995, p. 281), é “a modalidade de ação mercadológica institucional que tem por objetivo atenuar ou eliminar problemas sociais, carências da sociedade relacionadas principalmente com questões de higiene e saúde pública, trabalho, educação, habitação, transporte e nutrição”.

Além do marketing social, percebemos o surgimento de novos termos para identificar as pessoas e instituições que disponibilizam seu trabalho para os menos favorecidos. É o caso da 'responsabilidade social' que, de acordo com BORBA; BORSA e ANDREATTA (2001, p. 9), "é a preocupação de cada cidadão em fazer a sua parte na mobilização da sociedade civil, e também das organizações em atuar e assumir a geração de insumos, bens e serviços em diversos campos do desenvolvimento social".

No final da década de 80, com o aparecimento da ideologia neoliberal, tem início a descentralização, que é a transferência de encargos para a iniciativa privada, permitindo a expansão do mercado privado dos serviços sociais. Portanto, a presença do setor privado na gestão de programas e serviços sociais não é uma novidade na caminhada da assistência social no Brasil, mas nos últimos anos, o 'terceiro setor', vem se fortalecendo numa posição de centralidade diante da fragilidade do sistema de proteção social brasileira.

De acordo com BORBA; BORSA e ANDREATTA (2001, p. 45):

O primeiro setor corresponde ao Estado, que é o responsável pelas questões sociais. O segundo setor é o mercado com seu comércio, indústrias e empresas que cuidam do individual. No entanto, com a fragilização do Estado, essas atribuições passaram a preocupar o setor privado, que acabou tomando-as para si. Assim nasceu o Terceiro Setor, composto por inúmeras instituições preocupadas em ajudar nas questões sociais.

Desta forma, o terceiro setor surgiu da ineficiência e omissão do Estado, sendo formado por entidades da sociedade civil, organizações não governamentais⁹, igrejas, associações e fundações que atuam em diversas áreas: no combate à pobreza e à exclusão social, na prevenção e assistência à saúde, e também na assistência às crianças, entre outras (BORBA; BORSA e ANDREATTA, 2001).

⁹ Organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos. A terminologia ONG teve seu início na década de 80, identificando entidades que se formaram a partir dos anos 70, mesclando cristianismo, marxismo, militância e profissionalismo. Nos anos 70 e 80, as ONG's eram mais politizadas e ligadas a partidos políticos, sindicatos e à igreja progressista, sendo responsáveis pelos movimentos sociais da época. A partir da década de 90 se expandiram e estruturaram-se como empresas, com plena autonomia, intitulando-se cidadãs. (BORBA; BORSA e ANDREATTA, 2001, p. 46).

De acordo com dados do IBGE, entre 1996 e 2002, o número de ONG's cresceu 157% no Brasil, e já chega a 276 mil instituições¹⁰. O setor gera uma renda de 17,5 bilhões por ano, aproximadamente 2% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional e emprega 1,5 milhão de pessoas.

Por isso, consideramos importante neste trabalho, fazer um levantamento não somente sobre os projetos sociais desenvolvidos pelo governo, mas também dos programas que estão sendo implementados pelo terceiro setor, já que este, como constata BORBA; BORSA e ANDREATTA (2001), está em crescimento, não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Mas, o que dizer das 'novas' formas de se oferecer assistência às crianças excluídas socialmente? Como os projetos de inclusão social enxergam às crianças e adolescentes em situação de risco? Quais são os atuais programas voltados a esse público?

Para entendermos a atual conjuntura, vale a pena retomarmos, rapidamente, alguns acontecimentos que se passaram ao longo dos anos. Como vimos anteriormente, no Brasil, assim como na Europa, tivemos basicamente duas formas de se oferecer assistência à infância: num primeiro momento, a ajuda caritativa, religiosa, desempenhada principalmente pela Igreja Católica. Mais tarde, quando o Estado assume a responsabilidade pelas crianças abandonadas, temos o início da filantropia. Deste modo, disseminam-se os princípios da higienização e da eugeniação¹¹ da raça, que deveriam ser colocados em prática para que os 'menores' pudessem se tornar úteis ao Estado.

Para VEIGA e FARIA FILHO (1999, p. 22), as instituições destinadas a atender à infância marginalizada, são "os espaços promotores da nova civilidade

¹⁰ O estudo divulgou o perfil das fundações privadas e das associações sem fins lucrativos brasileiras existentes no ano de 2002. Para se enquadrar nos requisitos da pesquisa, as organizações deveriam ser privadas, não terem fins lucrativos, serem auto-administradas, juridicamente legais e constituídas por integrantes que tivessem objetivos comuns. Por atender apenas algumas das exigências estabelecidas, foram desconsiderados da análise os partidos políticos, os cartórios e as entidades sindicais, entre outras instituições.

¹¹ A palavra eugenia, do grego, *eugenéia*, relaciona-se a um conjunto de métodos que visam melhorar o patrimônio genético de certos organismos vivos. Foi utilizada pela primeira vez por Francis Galton, na Inglaterra em fins do século XIX, sendo uma primeira manifestação da genética, ligada ao nascimento da biologia moderna e especialmente o darwinismo (VEIGA e FARIA, 1999, p. 35).

requerida pela e na cidade”. Nesse sentido, podemos dizer que as formas de atendimento social às crianças, sempre estiveram ligadas ao tipo de sociedade em que elas deveriam se emoldurar.

Durante a ditadura militar, por exemplo, o tipo de criança que se esperava era alguém disciplinado, forte e saudável, para tornar-se um adulto que pudesse defender à pátria. Assim, justificavam-se as formas de assistência oferecidas: sistema de internato, regime higiênico, trabalho agrícola (COLOMBO, 2002; VEIGA e FARIA FILHO, 1999).

Embora o objetivo deste trabalho, como já dissemos anteriormente, não seja discutir o atual sistema econômico instaurado no país, não podemos deixar de concordar com PILLOTI (1995, p. 32), quando nos diz que:

o desenvolvimento dos sistemas de assistência à infância está indissoluvelmente ligado aos efeitos perversos das modalidades assumidas pelo capitalismo, com sua inevitável seqüela de exclusão e miséria, onde as formas de intervenção jurídico-administrativas do Estado respondem a sistemas de dominação encobertos por diversos discursos ideológicos que buscam a sua legitimação apelando alternativamente, para categorias científicas, religiosas ou filosóficas.

Atualmente, como demonstramos, surgiram novas formas de assistência social: são as organizações não governamentais, as associações entre o Governo e o capital privado, as grandes empresas - como emissoras de televisão, multinacionais, entre outras – que desenvolvem eventos e projetos a fim de minimizar a exclusão infantil.

Nesses projetos, realizam-se atividades educativas, profissionalizantes, artísticas, como dança, música, teatro e, é claro, as atividades esportivas, que recebem um grande destaque.

Mas, qual o tipo de criança e adolescente que pretendemos formar hoje em dia? Em qual sociedade estamos querendo que eles se insiram? Porque os princípios do esporte são eleitos atualmente como uma poderosa ferramenta para a inclusão?

Neste trabalho, e mais especificamente no próximo capítulo, discutiremos as razões pela qual o esporte é escolhido, em grande parte dos projetos sociais, como promotor de inclusão social para crianças e adolescentes em situação de risco.

2.3. UM FENÔMENO CHAMADO ESPORTE

Onde a gente dos morros é feliz
Se tem água de chuva e luz do sol
Pode ser o país do futebol
Mas não é com certeza o meu país

(Livardo Aves, Orlando Tejo e Gilvan Chaves, O meu país)

Afastar as crianças do mundo do crime, tirá-las da rua e da violência têm sido as justificativas usadas pelos projetos sociais voltados para as crianças e jovens das comunidades pobres. Todos pretendem ocupá-los com atividades educativas, culturais, de formação e, na maioria das vezes, esportivas (Maria Alice GONÇALVES, 2003).

Mas porque o esporte é eleito pelos projetos como meio de inserção social da criança e do jovem em situação de risco?

Não há mais dúvidas de que o esporte tornou-se um dos maiores fenômenos sociais do final do século XX. O imenso espaço ocupado na mídia mundial e as milhares de pessoas que vivem e se envolvem com os fatos esportivos são indicadores desta constatação (Ângelo Luiz VARGAS, 1995). Também para Flávio Medeiros PEREIRA (1988, p. 211), “o esporte é uma prática universal, que se pode considerar como um dos fenômenos mais representativos do século XX. De certa forma, por quase todo o planeta, encontra-se a prática desportiva, suas relações sócio-culturais e afins”.

De acordo com esse autor, o esporte é um elemento cultural que se diferencia dos demais, devido a sua enorme abrangência e dependências. Assim, o esporte pode ser entendido como “um componente da cultura universal que alia a saúde à alegria, que serve tanto à educação como ao lazer. Sua prática tem tal apelo que cria um verdadeiro espírito esportivo” (PEREIRA, 1998, p. 223).

Para VARGAS (1995, p. 19), as manifestações populares em torno das questões esportivas, fizeram do esporte um instrumento à disposição do Estado, pois, “fica fácil observar ao longo da História, e a Moderna não é uma exceção, a acentuação das interinfluências entre o desporto e a política, o desporto e as classes sociais, desporto e economia, desporto e educação, desporto e ideologia, etc.”.

Neste mesmo contexto, de relações entre a política e o esporte, Meily Assbú LINHALES (2001, p. 31), nos apresenta que:

acompanhamos um aumento dos níveis de pobreza, de desigualdade e de exclusão social, em que a presença do esporte nas ações de governo atualiza refinados contornos utilitários: esporte para combater violência, para reduzir consumo de drogas, para manter as crianças na escola, para melhorar a saúde da população, para ser feliz... O caráter assistencial sobrepõe-se no setor tornando remota, muitas vezes, a possibilidade do esporte ser realizado politicamente como um direito social.

A autora nos mostra que o fenômeno esportivo, durante seu processo de expansão pelo mundo, foi permeado por mudanças e interferências relativas aos diferentes contextos socioeconômicos que o acolheram e perpetuaram. Desta forma, “a prática esportiva vem ampliando sua legitimidade como uma prática social capaz de penetrar diferentes estruturas e segmentos que compõem as sociedades contemporâneas” (LINHALES, 2001, p. 33). Para ela, não há dúvidas de que o Estado Moderno incorporou o esporte no conjunto de suas ações e fará uso dele “sempre que lhe for necessário um tipo de estratégia capaz de promover unidade social e propaganda de governo” (LINHALES, 2001, p. 225).

No entanto, quando falamos em políticas públicas para o setor esportivo, LINHALES (1998), nos mostra que as possibilidades para sua implementação guardam estreita relação com os interesses e os processos que dão sustentação ao Estado.

Nesse contexto, ao invés de desenvolver políticas públicas que assegurem ao cidadão o seu direito de praticar esportes, o Estado passa a livrar-se de suas tradicionais obrigações, repassando o campo esportivo para o setor privado. Assim, privilegia-se o esporte de rendimento, ou de espetáculo, destinado a ser praticado apenas por um grupo específico e consumido passivamente pela grande maioria da população.

De fato, poucas manifestações de cunho popular tiveram espaço no interior do Estado brasileiro. Para Valmir José OLÉIAS (1999), o esporte sempre esteve atrelado aos interesses dos dirigentes do Estado e passou por variações que vão desde a proposta de ‘Esporte Para Todos’, que apareceu no Brasil nos anos 70, até

a completa submissão às leis de mercado, definidas mais recentemente com a nova lei do desporto nacional¹².

Portanto, como nos mostra Marco Paulo STIGGER (1998, p. 84), quando falamos em políticas públicas, estamos falando em intervenção, que deverá trazer consigo, necessariamente a posição político ideológica que a norteia. De acordo com o autor, “para alguns, uma determinada política poderia inserir-se dentro da denominação de políticas sociais, enquanto que, para outros, essa mesma política poderia não fazer jus a essa denominação”. Assim, percebemos claramente a omissão do Estado diante de questões de grande relevância e direito social, como é o caso do esporte.

Mas afinal, o que é o esporte?

Vargas (1995, p. 5) analisa o esporte como uma de nossas características essenciais. Para ele, “o homem só é humano quando joga e o desporto é um canal privilegiado para esse humanismo”.

Para LINHALES (1997, p. 227), é possível compreender o esporte como “uma instituição em permanente construção, influenciada pelo tempo histórico em que se situa, mas também edificada a partir dos interesses e das ações dos sujeitos que nela atuam e disputam poder”. Nesse mesmo sentido, Go TANI (2000, p. 86), nos diz que “o termo *esporte* abrange uma diversidade de atividades cujo escopo se amplia a cada dia com o surgimento de novas modalidades”. Para ele, um primeiro aspecto que deve ser considerado para uma compreensão mais abrangente do esporte é “considerá-lo um patrimônio cultural da humanidade, ou seja, algo criado, transmitido e transformado através dos tempos, o que lhe confere uma natureza eminentemente dinâmica” (TANI, 2000, p. 88).

Norbert ELIAS (1994), ao pensar o esporte, o vê como sendo um exemplo ou forma de civilização. O autor busca a relação entre o esporte e o processo civilizatório, que implicou, entre outras coisas, numa maior sensibilidade da sociedade em relação à violência e um autocontrole aos impulsos violentos, o esporte serve como o local onde esses impulsos podem ser tratados ou representados dentro de parâmetros controlados e aceitos pela sociedade. Ricardo

¹² Lei nº 9.615 de 24/03/1998.

LUCENA (2002, p. 118), ao nos apresentar uma análise sobre a obra de Norbert Elias, aponta que “por ele [Elias] podemos pensar o esporte não só como prática especializada, mas como comportamento e participação”.

Assim, o esporte não é um espetáculo à parte, está inserido num jogo de interdependência que exige do indivíduo formas de participação pautadas num código de condutas específicas. Para LUCENA (2002, p.117):

O esporte, da forma como temos tentado abordar, emerge como configuração que vem responder ao novo patamar de relações sociais e vai se internalizando com a expressão de um autocontrole que, cada vez mais, representa uma resposta não planejada e em vários níveis, na sociedade de hoje, a um novo equilíbrio entre prazer e restrição e, talvez, uma forma de poder desfrutar de emoções, de um prazer pessoal, coerentemente com a expectativa das sociedades hodiernas e o alto grau de regulamentação imposto.

Procurando definir o termo esporte, PEREIRA (1988, p. 212), nos apresenta as conceituações para diferentes autores:

- ✓ Esporte é a atividade específica de competição, onde se valoriza intensamente a prática de exercícios físicos com vistas à obtenção, pelo indivíduo, do aperfeiçoamento das possibilidades morfofuncionais e psíquicas, caracterizados num recorde, na superação de si mesmo ou num adversário.¹³
- ✓ Atividades específicas de emulação, nas quais se valorizam intensamente as formas de praticar os exercícios físicos para que o indivíduo, ou um grupo, chegue ao aperfeiçoamento das possibilidades morfofisiológicas e psíquicas, concretizando em recorde ou uma superação de si mesmo ou de um concorrente.¹⁴
- ✓ O esporte é uma ação social que se desenvolve em forma lúcida, como competição entre dois ou mais oponentes, ou contra a natureza, e cujo resultado vem determinado pela habilidade, pela tática e pela estratégia. O resultado da competição estabelece uma hierarquia que, no esporte, revela

¹³ ESPORTE E SOCIEDADE. Rio de Janeiro, Salvatt, 1980, p. 32.

¹⁴ FANALI, O. A. C. *Terminologia da educação física e desportos*. Brasília: MEC/DEFD, 1978. p. 19.

preferencialmente critérios da dimensão de status e não das dimensões de classe e poder.¹⁵

- ✓ Uma atividade de lazer cuja predominância é o esforço físico, participando simultaneamente do jogo e do trabalho, praticada de maneira competitiva, comportando regulamento e instituições específicas, e suscetível de transformar-se em atividade profissional.¹⁶ Ainda como nos mostra PEREIRA (1988, p. 213), no Manifesto Mundial de Educação Física¹⁷, temos que “toda atividade física com caráter de jogo, que toma a forma de uma luta de seu executante consigo mesmo, ou de uma competição com outros, é um esporte”.

Além disso, é necessário compreender que, de acordo com a ênfase dada a determinados aspectos, o esporte pode assumir características diferentes como, por exemplo, o esporte rendimento, o esporte como forma de lazer, o esporte enquanto conteúdo da educação física e, não poderíamos deixar de lembrar, do esporte enquanto um instrumento de inclusão social.

Assim, como não nos perguntar: porque o esporte é eleito como um ‘componente mágico’, capaz de afastar as crianças da rua, do mundo das drogas?

Para Alba ZALUAR (1994), o esporte fascina porque veicula liberdade e igualdade, porque torna possível o exercício da cidadania. Além disso, um aspecto positivo da escolha do esporte é que ele oferece ao jovem uma série de possibilidades, inclusive a profissionalização. O esporte pode servir como representação e comunicação social, tendo funções mnemônicas importantes, além da própria atividade física, que é prazerosa e saudável. Segundo a autora, o próprio caráter voluntário de participação no esporte, poderia levar a associação do esporte com a alegria, a liberdade.

¹⁵ LUSCHEN, G. e WEIS, K. *Sociologia del deporte*. Valladolid, Miñon, 1979. p. 9.

¹⁶ MAGNANI, G. *Sociologia do esporte*. São Paulo: Perspectiva, 1969. p. 71.

¹⁷ MANIFESTO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. São Paulo, Escola de Educação Física, USP, 1975. p. 23.

Vários projetos apresentam também o esporte como contraponto à violência crescente nas comunidades mais carentes. Para ZALUAR (1996, citada por GONÇALVES, 2003, p. 172), a violência não pode ser enfrentada apenas com políticas públicas de combate à pobreza, mas também com “medidas de combate ao ethos guerreiro [...] e com a interiorização de novos valores e regras de convivência que levem em conta a complexidade da questão”.

Nesse contexto, para GONÇALVES (1995, p. 173), o esporte surge como um “espaço reservado para o alívio das tensões, para o exercício da violência domesticada, pois está regido por regras e pelo respeito ao outro, e para uma socialização positiva”.

Para COTTA (1992, citado por MOREIRA e SIMBES, 1995, p. 243), o esporte é um meio de socialização, ao mesmo tempo em que favorece o desenvolvimento da consciência comunitária e produz prazer, podendo neste caso desempenhar um papel de compensação contra o excesso de industrialização.

Manoel TUBINO (1994, citado por MOREIRA e SIMBES, 1995, p. 245), elaborou alguns itens para justificar a relevância social do esporte:

o associacionismo no esporte, importante pelo seu pluralismo e porque pressupõe um esforço no sentido de reunir as condições necessárias para que favoreça um sentido de democracia interna na organização esportiva;

o esporte como instituição social, onde promove valores decorrentes de estar organizado socialmente e de representar uma forma de atividade social, constituindo-se ao mesmo tempo num problema humano;

a interdependência do Bem-Estar Social com a relação Estado Sociedade-Esporte, onde o papel do Estado no fomento do esporte como bem-estar social é aceito sem restrições, pois revela sensibilidade das ações política;

o esporte como meio de democratização, onde se propugna assegurar igualdade de acesso à prática esportiva para todas as pessoas, privilegiando estratégias que beneficiem o esporte participação em detrimento do esporte consumo;

a relevância sócio-cultural da relação jogo-esporte;

o direito à prática esportiva: fator de novas dimensões sociais para o esporte.

No entanto, essa visão de que o esporte é um excelente meio de integração social não é unânime entre os autores e a discussão acerca das finalidades educativas, ou alienantes, do esporte não é um fato recente. Já no final dos anos 80, o professor Cláudio MIYAGIMA (1989, p. 31), nos apresenta que “esta é uma

interrogação que alguns profissionais fazem, enquanto outros têm clareza do papel do esporte frente à educação da criança. Esses conflitos são gerados, na medida em que o esporte passa a ser analisado numa dimensão sócio-econômica, política e cultural”.

Para PEREIRA (1988), o esporte é a aculturação sob forma competitiva e regulamentada das atividades físicas naturais. De acordo com o autor, o esporte incorre em prática intencional, metódica, de exercícios físicos, caracteristicamente como atividade de tempo livre, com objetivo competitivo, obedecendo a regulamentações específicas, que visem ao aperfeiçoamento integral do ser humano. É uma atividade política, que se fundamenta no movimento, no exercício físico competitivo.

Para Marcelo Weishaupt PRONI (2002, p. 56), os fundamentos da teoria da organização capitalista do esporte, elaborados pelo sociólogo francês Jean-Marie Brohm, se tratam de “uma interpretação extremamente instigante e muito bem construída”.

Para BROHM, citado por PRONI (2002, p. 54), “o esporte tem ficado isento das críticas da esquerda oficial às instituições que sustentam o sistema capitalista. Há uma ‘cegueira ideológica’, que impede de ver o caráter conservador e mistificador do esporte, e dissimula a percepção de que a ideologia esportiva é a negação da realidade da luta de classes”.

Ainda segundo BROHM, citado agora por Kátia Brandão CAVALCANTI (1984), o esporte é um sistema institucionalizado de práticas competitivas, predominantemente físicas, delimitadas, codificadas, regradas convencionalmente, cujo objetivo reconhecido é, sobre a base de uma comparação de performance, de proezas, de demonstrações físicas, designar o melhor concorrente ou registrar a melhor performance.

Para Constantino Ribeiro de OLIVEIRA JÚNIOR (1998), o esporte reproduz desigualdades sociais e o processo de socialização através dele é uma forma de controle social. Segundo o autor, temos no esporte o desenvolvimento das idéias que levam a um certo conformismo, que se instrumentaliza na noção de que a vitória depende do esforço de cada um, tanto no jogo como na vida.

Com isso, podemos perceber a enorme divergência que o esporte causa entre os estudiosos da área. É claro que não temos aqui a pretensão de esgotar as discussões acerca do esporte e suas complexas relações ao longo da História, mas pretendemos sim, levantar questões para uma melhor compreensão sobre os caminhos que esse 'fenômeno' percorreu e ainda percorre. Desta forma, buscamos subsídios para entender a imensa inserção do esporte na sociedade atual e os motivos que o levam a ser eleito como um importante componente nos projetos de inclusão social.

Destacamos que o objetivo principal deste trabalho não é analisar as formas de esporte que estão sendo utilizadas nos projetos sócio esportivos, e sim realizar um levantamento sobre aqueles que se encontram em desenvolvimento na cidade de Curitiba.

No entanto, não poderíamos deixar de ressaltar que nossa opinião é a de que o esporte utilizado nos projetos de inserção de meninos e meninas em situação de risco não poderá caracterizar-se como de rendimento ou competição, pois o objetivo é de integração destas crianças e adolescentes e não de exclusão como vêm sofrendo ao longo de sua história. Assim o princípio de esporte no qual acreditamos é aquele utilizado como método pedagógico, que se propõe a superar a visão técnica e instrumental das práticas corporais.

2.4. CURITIBA: A “CAPITAL SOCIAL”

uma das três cidades do mundo de melhor qualidade de vida
 depois ou antes de Roma?
 segundo uma comissão da ONU
 ora o que significa uma comissão da ONU
 não me façam rir curitibocas
 nem sejamos a esse ponto desfrutáveis
 por uma comissão de vereadores da ONU
a melhor de todas as cidades possíveis
 nenhum motorista pô respeita o sinal vermelho
Curitiba européia do primeiro mundo
 cinquenta buracos por pessoa em toda a calçada
Curitiba alegre do povo feliz
 essa é a cidade irreal da propaganda
 ninguém não viu não sabe onde fica
 falso produto de marketing político
 cidade alegríssima de mentirinha
 povo felicíssimo sem rosto sem direito sem pão
 dessa Curitiba não me ufano
 não Curitiba não é uma festa
 os dias da ira nas ruas vêm aí

(Dalton Trevisan, Curitiba revisitada)

Curitiba, a capital do Estado do Paraná, é uma cidade com 432,17 km², dividida em suas 9 regionais e 75 bairros (VER ANEXO 1). Com uma população de 1.587.315 habitantes, de acordo com dados do IBGE em 2000 e um PIB de U\$ 12,1 bilhões/ano, tem renda per capita de aproximadamente U\$ 8mil/ano, contra uma média nacional de U\$ 5mil/ano.

A cidade que recebeu o título de “Capital Social” durante o mandato do prefeito Rafael Greca de Macedo (1993-1995), apresenta um taxa de alfabetização de 94,5% e uma taxa de mortalidade infantil de 19 crianças para cada 1000 nascidas. Índices que representam uma melhor qualidade de vida, se comparados com outras cidades brasileiras.

Em março de 2001, uma pesquisa patrocinada pela ONU apontou Curitiba como a melhor capital do Brasil pelo índice de Condições de Vida (ICV).

Curitiba é considerada modelo para as demais cidades, sempre tendo destacada suas qualidades e, quase nunca, lembrando que nesta cidade também existe a pobreza, a exclusão, a marginalidade. Percebemos isso em diversos momentos históricos da capital paranaense:

A primeira grande festa pública para a comemoração dos 300 anos de Curitiba teve como cenário o Teatro da Ópera de Arame, um dos marcos do último prefeito. A festa contou com a presença de mil convidados especiais, escolhidos a dedo, que se deleitaram com o talento de um dos mais consagrados músicos brasileiros: Tom Jobim. Do lado de fora, bem de longe, o povo pôde observar a queima de fogos de artifício que enfeitou a noite curitibana. Trezentos ou mais anos e Curitiba continua a mesma, uma cidade para elite nenhuma botar defeito (PARANÁ, 1994, p. 17).

Segundo censos demográficos do IBGE, em 1991 Curitiba tinha uma população de 1.315.035 habitantes, passando a 1.587.315 em 2000. Dados que revelam um acréscimo populacional de 20,7% em apenas nove anos.

A cidade passou, na última década, por um processo de expansão assombroso, que ampliou sua ocupação até os seus limites territoriais. A “Cidade Universitária”, “Cidade Sorriso”, antes pacata, foi crescendo e, nesta ampliação, foi mudando gradativamente sua identidade.

A propagada satisfação de sua gente atraiu novas famílias, o que, por sua vez, atraiu novas empresas, que atraiu novas indústrias, que atraiu mais famílias. E assim, foi experimentando um aumento populacional muito grande, proporcionado devido ao êxodo rural e a migração, da camada menos beneficiada da sociedade brasileira, ávida por encontrar um emprego, um ensino público de qualidade, assistência médica e moradia.

No entanto, as constantes crises financeiras que mexeram com a economia mundial, também afetaram Curitiba e o seu propagado desenvolvimento harmônico. O mercado retraiu, veio o desemprego. A população empobreceu, mas Curitiba continuou atraindo pessoas, por ser reconhecida mundialmente como um dos melhores lugares do planeta para se viver.

O resultado desse processo foi o crescimento espantoso dos bolsões de favela e, conseqüentemente, um agravamento dos problemas sociais. A criminalidade aumentou e a população sentiu uma redução nas suas condições de saúde, educação, saneamento, etc.

Também detentora dos títulos de “Capital Ecológica” e “Cidade Luz”, Curitiba, conhecida pela qualidade de vida, pelos parques e pela administração exemplar, tem problemas sim. E ainda está muito longe de ser o paraíso anunciado

por seus governantes ao resto do mundo. As regiões de pobreza continuam crescendo num ritmo assustador e com elas todos os problemas urbanos.

No que diz respeito ao atendimento à infância e à adolescência, Curitiba criou o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (COMTIBA), atendendo a um dos princípios previsto no ECA. Neste ano, as comemorações em torno dos 15 anos do Estatuto movimentaram os órgãos envolvidos com o atendimento dessa população:

A Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS) lançou na tarde desta quarta-feira (13) o 1º Concurso Literário com o tema "Os 15 Anos do Estatuto da Criança". Participarão crianças e adolescentes de 10 a 18 anos, que integram os programas sociais já desenvolvidos pela Prefeitura. Só a FAS, por exemplo, atende mensalmente 8 mil crianças e adolescentes. A diretora de Proteção Social da FAS, Ana Maria de Macedo, explica que o objetivo é incentivar crianças e adolescentes a conhecer as determinações do Estatuto, observando suas críticas e avaliando as melhorias alcançadas nos programas. Ainda no mesmo evento, e aproveitando a oportunidade do aniversário do ECA, Ana Maria revelou que o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente em Curitiba (Comtiba) definiu a realização e o financiamento de uma pesquisa para traçar o perfil das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social. Os dados obtidos na pesquisa, afirma, vão contribuir para criação de novas políticas de atendimento à criança e ao adolescente, implementações de programas e orientações técnicas para o atendimento da demanda em Curitiba. Em 15 anos de existência, explica a diretora, o ECA trouxe avanços para o atendimento das crianças e dos adolescentes, especialmente garantias de leis e direitos que supriram a necessidades não cobertas pelo Código de Menores.¹⁸

Em 1999, a Prefeitura de Curitiba, por considerar que os dados levantados pela Secretaria Municipal da Criança eram muito restritos, solicitou ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Infância e Adolescência (NEICA), da Universidade Federal do Paraná, a análise do “levantamento de dados de crianças e adolescentes em ocupação no anel central e imediações do município de Curitiba” (CURITIBA, 1999, p. 3).

De acordo com essa pesquisa, “quando buscamos elementos que caracterizem as crianças e adolescentes em situação de rua do município de Curitiba, a primeira pergunta que ocorre é quantas crianças se apresentam nessa situação” (p. 10). O dado encontrado em dois meses de entrevistas foi de 803

¹⁸ Notícia publicada no *site* da Prefeitura Municipal de Curitiba: <http://www.curitiba.pr.gov.br>, em 13 de julho de 2005.

crianças e adolescentes para quem a rua é o espaço principal ou secundário do cotidiano na garantia de subsistência e do lazer ou de ambos simultaneamente.

Os bairros que apresentaram maior número de meninos (as) em situação de rua, quanto à procedência, são o Cajuru, Parolin, Sítio Cercado, Jardim Botânico, Cidade Industrial, Novo Mundo e Uberaba.

Embora essa pesquisa seja de 1999, não podemos acreditar que a situação da criança e do adolescente estejam melhores. Como citamos anteriormente, as pessoas que vêm de outras cidades, em busca de uma vida melhor em Curitiba, aumentaram muito nos últimos anos, assim como as regiões de pobreza e, por conseguinte, o número de crianças nas ruas também cresceu.

É necessário destacarmos que as crianças que se encontram em situação de risco social não são somente aquelas que habitam as ruas da cidade e que já não tem nenhum vínculo com suas famílias. Consideramos em situação de risco pessoal e social, aquelas que tem moradia fixa e até mesmo freqüentam à escola, mas que as condições de habitação, saúde, alimentação e lazer são restritas. Também estão em risco as que sofrem exploração, maus tratos, abusos sexuais pelos próprios familiares ou ainda as crianças cuja estrutura familiar não lhes permite um pleno desenvolvido social e psicológico.

Diariamente vemos nas ruas da cidade crianças catando papel, vendendo produtos no semáforo, cuidando de carros, carregando sacolas, esmolando... Essa é a imagem da “Capital Social” que não é mostrada ao resto do mundo. Essa é a vida real na “Capital Ecológica”, onde inúmeras crianças e adolescentes fazem dos belíssimos monumentos e ruas da cidade suas casas. Essa é a Curitiba que recebe inúmeros títulos, mas que esquece o nome dos seus próprios filhos.

2.4.1 A política municipal do esporte em Curitiba

O fenômeno da utilização do esporte em programas para inclusão de crianças e adolescente vem crescendo na capital do Paraná, assim como em muitos outros lugares. Algumas instituições já escolheram a cidade como o cenário para o

desenvolvimento de seus projetos, também a Prefeitura Municipal realiza programas nessa área.

Antes de falarmos sobre os projetos esportivos desenvolvidos pela Prefeitura, é necessário percebermos como vem se dando a política destinada ao esporte em Curitiba.

Em 1995, o então Departamento de Educação Física, que fazia parte da Secretaria Municipal de Educação, foi efetivado como Secretaria Municipal do Esporte e Lazer (SMEL), tendo em seu organograma a Superintendência, onde estão vinculadas as Gerências Regionais, e os Departamentos de Esporte e Lazer. As principais atribuições das Gerências Regionais são, de acordo com Denise Gusso TOSIN (2005), planejar e coordenar as ações pertencentes à sua regional, seja operacionalizando projetos, atendendo reivindicações da comunidade, estabelecendo parcerias ou prestando suporte técnico.

Resultante do modelo de gestão de Curitiba, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer teve definida como sua missão: “fomentar práticas de esporte, lazer e atividades físicas para o desenvolvimento de potencialidades do ser humano, visando bem estar, promoção social e inserção na sociedade, consolidando sua cidadania” (TOSIN, 2005, p. 32).

Atuando conforme a lei 9.942 de 29 de agosto de 2000, que dispõe sobre a política municipal do esporte e lazer, a SMEL, sob orientação do Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP), definiu seus objetivos, resultados, indicadores, metas e produtos que norteiam e efetivam a política de esporte e lazer no município.

Objetivos estratégicos:

- ✓ Incentivar/estimular a autogestão da comunidade nas ações de esporte e lazer;
- ✓ Promover o esporte nas suas manifestações comunitárias, estudantis e de rendimento, buscando parcerias;
- ✓ Estimular a prática de atividades e hábitos saudáveis da cultura corporal do cidadão;
- ✓ Implementar programação de lazer para a cidade através de parcerias.

Resultados esperados:

- ✓ Maior integração e participação da comunidade;
- ✓ Aumento da co-responsabilidade da comunidade na preservação dos equipamentos públicos;
- ✓ Aumento da co-responsabilidade da comunidade no desenvolvimento da política municipal de esporte e lazer;
- ✓ População com estilo de vida mais saudável;
- ✓ Melhora na satisfação da comunidade pelo serviço da SMEL.

Indicadores:

- ✓ Número de participantes nos eventos;
- ✓ Número de apoios e chancelas prestadas à comunidade;
- ✓ Número de equipamentos depredados;
- ✓ Número de usuários que realizam atividades físicas, esportivas e de lazer nos equipamentos gerenciados pela SMEL;
- ✓ Número de parcerias estabelecidas;
- ✓ Número de avaliações físicas realizadas na população através do Programa CuritibAtiva;
- ✓ Número de eventos realizados.

Metas:

- ✓ Atender de forma programática as organizações que já atuam em parceria com a SMEL, mediante apoio técnico/logístico, infra-estrutura e recursos humanos;
- ✓ Atender as demandas da comunidade em geral por chancelas e apoio eventual;
- ✓ Realizar oficinas para capacitar a comunidade no desenvolvimento de atividades e construção de materiais de esporte e lazer;

- ✓ Planejar em conjunto com a comunidade, ações e eventos que contemplem suas expectativas;
- ✓ Realizar eventos esportivos estudantis, comunitários e de rendimento;
- ✓ Priorizar a utilização do espaço público para atividades físicas como prática saudável;
- ✓ Informar à população sobre a importância da prática da atividade física e seus benefícios;
- ✓ Realizar eventos de lazer em diferentes espaços da cidade;
- ✓ Estabelecer novas parcerias com ONG's, órgãos municipais, associações de moradores, lideranças comunitárias, entre outras;
- ✓ Ampliar a participação da família em eventos de lazer;
- ✓ Ampliar e adequar a infra-estrutura para atendimento da Linha do Lazer.

Principais produtos:

- ✓ Agenda de programação das organizações
- ✓ Eventos esportivos e de lazer em parceria com a comunidade;
- ✓ Eventos esportivos estudantis, comunitários e de rendimento;
- ✓ Grupos de atividade física e esportiva;
- ✓ Publicações e palestras abordando os benefícios da atividade física;
- ✓ Festivais e mostras de ginástica e dança;
- ✓ Eventos recreativos e culturais;
- ✓ Programa Linha do Lazer;
- ✓ Oficina de materiais esportivos e de lazer;
- ✓ Programa CATES – Centro de Aprimoramento de Talentos Esportivos;
- ✓ Programa CuritibAtiva.

A parte deste programa destinada aos projetos sócio esportivos fica sob a responsabilidade do CATES, que veremos mais detalhadamente quando apresentarmos os projetos governamentais.

Acreditamos que a partir dessa revisão de literatura se torne mais fácil compreender os caminhos que percorrem os projetos com ênfase no esporte e como eles estão contextualizados na cidade de Curitiba. Com isso pretendemos subsidiar nossas discussões e análises posteriores acerca do desenvolvimento desses projetos.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho é a realização de um levantamento dos projetos esportivos governamentais, mantidos pela prefeitura, e também os não-governamentais, desenvolvidos por ONG's, na cidade de Curitiba, destinados a atender crianças e adolescentes em situação de risco social.

De acordo com Marina MARCONI e Eva LAKATOS (1990), este tipo de estudo é definido como uma pesquisa de campo, utilizada com o objetivo de conseguir informações acerca de um problema, ou seja, recolher e registrar dados pertinentes ao assunto em estudo.

Para MARCONI e LAKATOS (1990) e João RUIZ (1979), a pesquisa de campo consiste na observação dos fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes para análises posteriores. Ainda de acordo com RUIZ (1979), essa forma de pesquisa não é experimental, pois não produz ou reproduz os fatos estudados.

A pesquisa de campo está dividida em fases, que requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá “para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. [...] permitirá que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa” (MARCONI e LAKATOS, 1990, p. 75).

Como nos mostra Antonio SEVERINO (1996), a revisão de literatura é o levantamento da documentação existente sobre o assunto e só pode ser realizado depois de delimitado o tema do trabalho e formulado o problema. Essa revisão, como técnica, tem por objetivo a descrição e a classificação de livros e documentos similares ao tema em questão.

Em nosso trabalho, a revisão da literatura dividiu-se em quatro capítulos, para que o leitor possa situar-se melhor frente à problemática levantada.

No primeiro capítulo, chamado “As crianças em risco social”, estabelecemos a relação existente entre a infância e a sociedade, tentando perceber a forma como

surgem o abandono e a exclusão infantil. Nessa primeira parte, aparece também a conceituação para o termo criança em risco social e pessoal, que surge em oposição aos termos menor, menor abandonado, criança de rua, etc.

No capítulo seguinte, intitulado “Do surgimento da infância aos atuais projetos sociais destinados às crianças e adolescentes”, apresentamos um histórico sobre o aparecimento social da infância e da adolescência, assim como as leis, programas e projetos que surgiram ao longo dos anos para atender especificamente a esses grupos.

Na penúltima parte da revisão de literatura, no capítulo “Um fenômeno chamado esporte”, buscamos subsídios para entender a imensa inserção do esporte na sociedade atual e os motivos que o levam a ser eleito como um importante componente nos projetos de inclusão social.

A parte final foi destinada ao capítulo “Curitiba: a capital social”, onde apresentamos informações referentes à população, condições de saúde, educação, desenvolvimento social, entre outros dados que nos ajudam a entender o contexto da cidade onde a pesquisa foi realizada.

Acreditamos que a partir dessa revisão da literatura, torna-se mais fácil a compreensão de termos como: crianças e adolescentes em situação de risco, exclusão social, projetos esportivos, entre outros. Nesse contexto, buscamos criar elementos que estabeleçam referências, com informações representativas e significativas, para o desenvolvimento da pesquisa.

Depois de realizada a revisão de literatura, RUIZ (1979), DANIELLI (1988) e MARCONI e LAKATOS (1990), nos apresentam que a segunda fase da pesquisa de campo é a determinação das técnicas que serão utilizadas na coleta de dados. De acordo com os autores, antes que se realize a coleta de dados é preciso estabelecer tanto as técnicas de registro desses dados como as técnicas que serão utilizadas em sua análise posterior.

Existem três tipos principais de técnicas de coletas de dados: a entrevista, o questionário e o formulário. Na presente pesquisa, a técnica utilizada foi o formulário, que se encontra no ANEXO 2.

Para MARCONI e LAKATOS (1990), o formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social, cujo sistema consiste em obter informações diretamente do entrevistado.

Nogueira (1968, citado por MARCONI e LAKATOS, 1990, p. 100) define o formulário como sendo “uma lista formal, catálogo ou inventário destinado à coleta de dados resultantes, quer da observação, quer de interrogatório, cujo preenchimento é feito pelo próprio investigador, à medida que faz as observações ou recebe as respostas, ou pelo pesquisado, sob sua orientação”.

Portanto, o que caracteriza o formulário é o contato direto entre quem está pesquisando e o informante, ao contrário do questionário que pode ser enviado pelo correio ou por um portador, e não requer a presença do pesquisador.

A utilização do formulário apresenta algumas desvantagens como ser mais demorado, por ser aplicado a uma pessoa de cada vez, ou ainda, as pessoas que possuem as informações necessárias podem estar em localidades muito distantes, tornando a pesquisa mais dispendiosa. Contudo, essa técnica de coleta de dados é muito eficiente, pois permite que o pesquisador explique os objetivos da pesquisa e esclareça algumas perguntas. Além disso, permite a flexibilidade, para adaptar-se às necessidades de cada situação, obtendo dados mais complexos e úteis. Com o formulário, também existe a uniformidade dos símbolos utilizados, pois é preenchido pelo próprio pesquisador (MARCONI e LAKATOS 1990).

A intenção original deste trabalho era dar maior transparência a todos os projetos desenvolvidos na cidade, tanto os governamentais quanto os não-governamentais. No entanto, algumas dificuldades em localizar as instituições pertencentes ao Terceiro Setor (ONG's), fizeram com que no decorrer da pesquisa houvesse uma modificação na idéia proposta. Dessa forma, optamos por apontar alguns dos projetos não-governamentais que tem recebido um destaque maior pelos meios de comunicação ou ainda aqueles onde o contato com a Universidade Federal do Paraná nos facilitou o acesso. Dessa forma, foi possível encontrar um responsável por cada um dos projetos para o preenchimento do formulário.

Para a coleta de dados referentes aos projetos sócio-esportivos mantidos pela iniciativa governamental, realizamos visitas à Secretaria Municipal do Esporte e Lazer (SMEL), para o levantamento dos programas que são desenvolvidos pela

Prefeitura. Nessas visitas, recolhemos materiais (livro, cd, panfletos), além de entrevistas com os responsáveis pelos programas a fim de contemplar as questões pertinentes ao formulário.

Após o levantamento desses dados, de acordo com MARCONI e LAKATOS (1990), é necessário que se faça a sua análise.

Não nos preocupamos com o caráter quantitativo da pesquisa, ou seja, apesar de apresentarmos dados como o número de crianças atendidas, há quanto tempo o projeto existe, em qual região está localizado, entre outros, não nos ativemos em descrever, por exemplo, em forma de gráficos ou tabelas, essas informações.

Assim, nosso principal foco durante esse trabalho foi o de analisar qualitativamente as informações obtidas acerca dos projetos, sem de forma alguma negligenciar os dados, numéricos ou estatísticos, com os quais nos deparamos.

Nesse contexto, apresentamos no próximo capítulo, a descrição de cada um dos projetos pesquisados, contendo informações quanto à sua estrutura, organização, gestão, financiamento, além de outros aspectos que consideramos relevantes.

4. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Apresentaremos aqui as informações obtidas com a realização desta pesquisa, após as visitas à SMEL e a aplicação dos formulários aos responsáveis pelos projetos não governamentais.

Esse capítulo está dividido em três partes: na primeira mostramos os programas de esporte que são desenvolvidos pela Prefeitura. Na segunda etapa, divulgamos as informações sobre os projetos mantidos por ONG's e na última, falamos sobre a Lei Municipal de Incentivo ao Esporte, que foi criada pela Prefeitura e pode beneficiar os projetos desenvolvidos por qualquer pessoa física ou jurídica.

4.1. OS PROJETOS GOVERNAMENTAIS

As atividades de esporte da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer¹⁹, em Curitiba, estão organizadas em três diferentes grupos:

- a) ESPORTE ESTUDANTIL
- b) ESPORTE RENDIMENTO
- c) ESPORTE COMUNITÁRIO

A categoria intitulada “Esporte Estudantil” engloba a organização e a participação dos alunos matriculados nas escolas de Curitiba em eventos esportivos.

São organizados os Jogos Escolares para cinco diferentes categorias: Pré Mirins, Mirins, Infantis, Infanto Juvenis e Juvenis.

Nos jogos escolares participam as equipes de escolas municipais, estaduais e particulares.

¹⁹ Não serão apontadas aqui as atividades de lazer desta Secretaria por considerarmos que estas informações não são relevantes para o presente estudo.

No conjunto de atividades desenvolvidas no grupo “Esporte Rendimento”, encontramos eventos que possibilitam a participação de atletas de alto nível técnico. Nesta categoria encontramos os JOJUP’S (Jogos da Juventude do Paraná).

Para esta competição, Curitiba aproveita a potencialidade de crianças e adolescentes que participam dos Jogos Escolares para formar sua delegação.

Também encontramos nesta categoria a Maratona de Curitiba, prova incluída no calendário internacional da modalidade. A maratona reúne 2.000 atletas numa superação de limites pelos 42.195 metros de percursos que passam por vários bairros da cidade.

Somente no grupo “Esporte Comunitário” iremos encontrar ações esportivas que possibilitam a participação livre e gratuita, com a finalidade de integração social. Existem aqui, duas atividades voltadas para a população:

- ✓ Festival Infantil e Campeonato Adulto de Corridas de Rua: competições abertas ao público em geral, onde são disputadas cinco provas nas categorias infantis e cinco nas categorias adultas. As pessoas (crianças ou adultos) que participam destas provas, somam pontos durante todo o ano.

- ✓ Programa CATES (Centro de Aprimoramento de Talentos Esportivos): iniciação esportiva em diferentes modalidades que acontece nos Centros de Esporte e Lazer e espaços alternativos das comunidades conveniadas.

Entendemos que o Festival Infantil de Corridas de Rua, apesar de estar inserido no “Esporte Comunitário” não se caracteriza como um projeto social, mas como uma competição que acontece periodicamente. Além de ser uma modalidade competitiva, no Festival não encontramos nenhuma indicação de que nestas provas estejam inseridas crianças em situação de risco. Tampouco a corrida é utilizada aqui como um meio de inserção destas crianças.

Desta forma, o CATES, devido às suas características, foi considerado nesta pesquisa como o único programa da Prefeitura a desenvolver um trabalho voltado para a integração de crianças e adolescentes.

4.1.1 Centro de Aprimoramento de Talentos Esportivos

Em 1998 a SMEL implantou o **Programa CATES** - Centro de Aprimoramento de Talentos Esportivos - que, para Hiran CASSOU, Newton ZANON e Ronaldo BABIAK (2005), tinha a finalidade de oferecer um treinamento esportivo, em nível mais alto, às crianças e adolescentes da faixa etária compreendida entre 10 e 16 anos, que se destacavam nas escolas ou demais centros esportivos. O Programa iniciou dentro de seus espaços próprios: os Centros de Esporte e Lazer distribuídos pela cidade (ANEXO 3).

A idéia de trabalhar com a performance, de acordo com os autores, “dependeria de massificação do esporte que, logo se percebeu, não estava ocorrendo. A iniciação esportiva estava limitada a algumas escolas particulares e alguns clubes esportivos” (p. 50).

O CATES parte então para uma segunda fase, onde o desafio era massificar o esporte e dar oportunidade a cada cidadão de participar de atividades de iniciação esportiva, incluindo pessoas portadores de necessidades especiais. A partir disso, a missão do Programa passou a ser “proporcionar às crianças e adolescentes atividades de iniciação esportiva, otimizando o desenvolvimento das inter-relações psicossociais e dos aspectos biofísicos, valorizando a cultura e oportunizando a descoberta de talentos” (CASSOU, ZANON e BABIAK, 2005, p. 50).

O Programa passou a contar com a adesão de outras Secretarias Municipais e firmou parcerias com Instituições de Ensino Superior, com Clubes Esportivos e Sociais, beneficiados pela Lei Municipal de Incentivo ao Esporte, que será melhor discutida no próximo tópico.

Para atingir a população menos favorecida na periferia da cidade, foram estabelecidas também parcerias com as Associações de Moradores de Bairros. Assim, as ações que eram desenvolvidas somente nos Centros de Esporte e Lazer, passaram, através das parcerias a realizar-se em Instituições de Ensino Superior, Clubes Esportivos e Sociais, e nos ‘campinhos’ e quadras esportivas existentes nos bairros.

O CATES iniciou oferecendo algumas atividades que poderiam ser praticadas em todos os Centro de Esporte e Lazer (CEL’S): atletismo, basquetebol, futebol de

areia, futsal, handebol e voleibol, mas à medida que incorporou novos espaços, através das parcerias, ampliou a oferta de atividades, de acordo com a estrutura física de cada local.

Além das modalidades já citadas, o Programa atualmente oferece outras atividades de iniciação esportiva, como: *beach soccer*, boxe, ciclismo, dança, ginástica artística, ginástica rítmica desportiva, futebol de campo, tênis de campo, tênis de mesa e xadrez.

Como o objetivo inicial do Programa era trabalhar com os talentos esportivos, a faixa etária estabelecida era de 10 a 16 anos, presumindo que esses jovens já teriam passado por uma fase de iniciação esportiva. Mas, ao mudar seu foco de atendimento, o Programa foi ampliando a faixa etária de atendimento para 06 a 17 anos, variando conforme a modalidade e estrutura disponível em cada local.

De acordo com CASSOU, ZANON e BABIAK (2005, p. 55), são objetivos do CATES:

- ✓ Fomentar a rede de atenção à criança cidadã, através do esporte;
- ✓ Fomentar a prática esportiva como importante complemento na formação integral dos alunos, educando, através do esporte, para a vida;
- ✓ Destacar a função social do esporte através de princípios de educação, cidadania, saúde, socialização e integração;
- ✓ Revelar e desenvolver talentos esportivos, procurando encaminhá-los ao esporte de rendimento em clubes esportivos e/ou estabelecimentos de ensino;
- ✓ Incentivar, através da prática desportiva, a organização da comunidade em associações de bairros, contribuindo para a formação de uma sociedade saudável e participativa;
- ✓ Viabilizar, através de parcerias, o aproveitamento pela comunidade mais carente, de áreas esportivas de Instituições de Ensino Superior e Clubes Esportivos e Sociais;
- ✓ Proporcionar a capacitação de profissionais e voluntários através de assessoramento em diversas modalidades;

- ✓ Proporcionar aos freqüentadores do CATES, a participação em eventos esportivos de alto nível, visando incentivá-los à prática desportiva.

Com o início da nova fase do CATES, adesão de novas Secretarias, aumento das parcerias e ampliação dos espaços de atendimento, estabeleceu-se a divisão do Programa em: CATES CEL's, Convênio, Itinerante, Associações, Assessoramento, Torneios e Estádio.

4.1.1.1 CATES CEL's

Os Centros de Esporte e Lazer (CEL's) são os locais que pertencem à própria Prefeitura Municipal e onde desenvolvem-se atividades de iniciação esportiva por professores e estagiários de Educação Física, contratados pelo Instituto Municipal de Administração Pública. Estes profissionais estão vinculados à gerência da regional a qual pertencem. Atualmente existem 29 CEL's, cada um com sua característica e peculiaridade.

Com uma coordenação própria, cada Centro tem autonomia para escolher e desenvolver suas atividades, de acordo com sua estrutura física e população que atende.

4.1.1.2 CATES Convênios

Através das parcerias, são desenvolvidas atividades nas instalações das Instituições de Ensino Superior, que cedem seus espaços físicos, oferecendo para a comunidade mais uma opção de atividade esportiva/formativa. Também são realizadas parcerias com outras Secretarias Municipais, Clubes Sociais e Esportivos.

São parceiros da SMEL para o desenvolvimento do CATES: o Centro Universitário Positivo (UNICENP), a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Fundação de Ação Social (FAS), a Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB), a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), a Sociedade União Juventos, entre outros.

4.1.1.3 CATES Itinerante

Para CASSOU, ZANON e BABIAK (2005), com os crescentes problemas sociais, fica cada vez mais difícil encaminhar as crianças e jovens para uma formação educacional satisfatória. Com o desemprego dos pais, muitas crianças são tiradas da escola e colocadas no mercado de trabalho,

circulando pela cidade a cata de papel, ou paradas nas esquinas, oferecendo algum produto aos motoristas, assumem muito cedo a responsabilidade de contribuir para a renda familiar. Quando não conseguem um desses 'empregos', muitas delas são colocadas nas ruas para mendigar, e na seqüência, são atraídas para a marginalidade. A educação formal e as opções de lazer deixam de fazer parte da vida dessas crianças, que pulam etapas das suas vidas, assumindo responsabilidade de sustentar um lar, quando deveriam estar participando de atividades inerentes à suas idades, visando uma formação integral harmônica (p. 52).

Em todo o Brasil, o trabalho infantil sofreu um crescimento assustador. O Governo Federal, na tentativa de combater essa situação, criou o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), que proporciona às famílias uma bolsa auxílio em dinheiro, como compensação por retirar seus filhos da mão-de-obra infantil, na condição da criança freqüentar a escola, e no contra-turno participar de atividades orientadas, esportivas e culturais.

Em cada município, as Secretarias que dão assistência às crianças e/ou problemas sociais, ficam encarregadas de detectar as incidências do trabalho infantil, cadastram as famílias e organizar os núcleos, isto é, determinar locais e programação das atividades, bem como contratar a equipe de trabalho.

Em Curitiba, a FAS está encarregada do PETI e firmou parceria com a SMEL, originando então o CATES Itinerante. Por considerar o esporte, pelo seu potencial atrativo, uma estratégia para envolver essas crianças e adolescentes, fomentando a prática de atividades esportivas, contribuindo para a permanência dessas crianças no PETI.

Cabe a SMEL, através da equipe do CATES:

participar da seleção dos estagiários, orientá-los e supervisioná-los, disponibilizando um professor para acompanhar diretamente o desenvolvimento das atividades, avaliando-as e contribuindo na promoção das melhorias. Participam como parceiras, as Secretarias Municipais do Abastecimento e a do

Meio Ambiente, fornecendo o lanche que é ofertado às crianças do PETI, e aos seus irmãos mais novos, quando os acompanham nas atividades.

Para que se estabeleça um novo núcleo, é determinada a quantia mínima de 40 crianças. Esse núcleo pode ser implantado em local público, como praças ou quadras esportivas, ou privados, quando as instituições disponibilizam seus espaços físicos. Quando em uma determinada região da cidade, a quantia de crianças não viabiliza a formação de novo núcleo, o grupo é encaminhado para um dos CEL's, onde participa das atividades ali desenvolvidas.

A estrutura física de cada núcleo determina quais as atividades de iniciação esportiva serão desenvolvidas pelos estagiários, que de forma 'itinerante', atuam duas vezes por semana em cada local, sendo que nos demais dias outros orientadores desenvolvem atividades culturais e recreativas.

A FAS disponibiliza condução para levar e trazer os estagiários da SMEL até os núcleos e para levar as crianças quando são organizados os intercâmbios esportivos.

4.1.1.4 CATES Associações

O CATES Associações foi criado com a finalidade de proporcionar à população menos favorecida, atividades de iniciação esportiva, próximas de suas casas, na periferia da cidade.

Com isso a SMEL pretende envolver as crianças com atividades que contribuam para o seu desenvolvimento integral e incentivar as comunidades a se organizarem em Associações de Moradores.

Uma vez criada a Associação de Moradores, e registrada conforme as leis que regem o município, ela pode se cadastrar no Programa, através da regional da SMEL, necessitando definir as modalidades esportivas que irá desenvolver e apresentar os voluntários que irão ensinar às crianças.

O CATES fornece o material esportivo básico, necessário para o início das atividades: redes, bolas, bombas de encher bola, cones para os treinamentos, apitos e outros, conforme a modalidade escolhida. Periodicamente ocorre nova distribuição

de material, mas em quantidade que variam conforme o número de participantes em cada local com base nos relatórios mensais que cada Associação deve, obrigatoriamente, entregar.

Os profissionais da SMEL, que atuam nas regionais, encarregam-se de supervisionar estas atividades, acompanhando os dados dos relatórios. Para capacitar os voluntários o CATES promove as Clínicas Esportivas, ensinando os fundamentos básicos das modalidades de maior interesse nas Associações.

De acordo com dados fornecidos pela SMEL, atualmente mais de 100 Associações de Moradores estão cadastradas no Programa.

4.1.1.5 CATES Assessoramento

O CATES oferece anualmente um calendário de cursos de diversas modalidades, para capacitar os professores e estagiários contratados pela Secretaria e os voluntários das Associações de Moradores que desenvolvem atividades de iniciação esportiva em suas comunidades.

A capacitação é realizada em forma de clínicas, procurando priorizar as modalidades que tenham mais aceitação nas regionais, tais como futebol, futsal e voleibol, mas também levando idéias de aplicação de novas modalidades, que possam despertar o interesse da comunidade, atraindo mais crianças para praticar esportes.

4.1.1.6 CATES Torneios

O Programa CATES entende que todo treinamento esportivo tem como finalidade principal a participação em torneios e que esses eventos além de motivar as crianças para participar com mais afinco das atividades, tornam-se importantes para a avaliação do trabalho desenvolvido.

O CATES promove a cada ano competições nas modalidades mais praticadas. Os torneios são direcionados para as equipes dos CEL's e/ou para as

equipes das Associações de Moradores. Em ambas, fornece o transporte para levar as crianças aos locais dos jogos.

Alguns eventos têm uma limitação de equipes por Regional, e neles são entregues troféus e medalhas para os melhores classificados, enquanto em outros, na forma de festivais, procura-se massificar a prática esportiva, não limitando o número de inscritos, fornecendo medalhas a todos os participantes.

4.1.1.7 CATES Estádio

Consiste numa parceria estabelecida entre a SMEL e os três principais clubes de futebol de Curitiba: Clube Atlético Paranaense, Paraná Clube e Curitiba Futebol Clube.

Os clubes de futebol fornecem à SMEL ingressos para seus jogos no Campeonato Brasileiro ou Estadual. A Secretaria repassa esses ingressos para as Regionais que distribuem para os CEL's.

Os Centros de Esporte e Lazer, por sua vez, levam para assistir as partidas às crianças e os adolescentes que participam das suas atividades de iniciação esportiva. O número de crianças que vão ao estádio ver aos jogos varia conforme o número de ingressos que cada clube envia.

4.2. PROJETOS NÃO GOVERNAMENTAIS.

4.2.1 Instituto Compartilhar

O Instituto Compartilhar é uma organização não governamental, criada no Rio de Janeiro, em março de 2003 por Bernardo Rocha de Rezende (Bernardinho), campeão olímpico em Atenas dirigindo a seleção brasileira masculina de vôlei.

Em 2004, o Instituto Compartilhar abriu uma sede em Curitiba que coordena as atividades, principalmente, na região sul. Atualmente o Instituto Compartilhar possui qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) fornecida pelo Ministério da Justiça.

Em Curitiba, o Instituto Compartilhar desenvolve dois projetos que utilizam-se do esporte como meio de inclusão social de crianças e adolescentes. São eles: o **Projeto Esporte em Ação** e o **Projeto Centro Rexona Ades de Voleibol**.

4.2.1.1 Projeto Esporte em Ação

O Esporte em Ação é um projeto sócio-esportivo do Instituto Compartilhar que oferece a crianças e jovens a oportunidade da prática esportiva de diversas modalidades e também atividades complementares de apoio escolar, saúde e cidadania. O Instituto Compartilhar acredita que através do esporte poderá trabalhar os valores sociais importantes na formação de um cidadão. Estas ações são potencializadas através da parceria entre diversas entidades que atuam junto à criança e ao adolescente.

O Esporte em Ação, desenvolvido na Praça Plínio Tourinho, é uma parceria do Instituto Compartilhar, o Estação Embratel Convention Center e a Prefeitura Municipal de Curitiba, através da Fundação de Ação Social (FAS) e da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL).

O lançamento oficial do projeto aconteceu no dia 9 de agosto de 2005 mas, na realidade, o Esporte em Ação é a ampliação do projeto Vôlei em Ação, que já existia desde o final de 1999 e era mantido através de doações do técnico Bernardinho e da sua esposa, a atleta de vôlei Fernanda Venturini, em uma parceria com o Clube de Mães da Vila das Torres e a Prefeitura de Curitiba.

A partir de outubro de 2005, o atendimento foi ampliado de 90 para 250 crianças e jovens e além do voleibol foram incluídas as modalidades de capoeira e futebol de areia e também o futsal e o basquete, oferecidos pela Prefeitura através da SMEL.

Um dos resultados esperados do projeto Esporte em Ação é a redução em 80% do índice de evasão e reprovação escolar, bem como o desenvolvimento de um processo de socialização, prevenção ao uso de drogas e da exploração do trabalho infantil na comunidade. Isto porque o público-alvo são as crianças e adolescentes de baixa renda, moradores da Vila Torres e, preferencialmente, que estejam inseridos

no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Governo Federal, já realizado pela Fundação de Ação Social (FAS).

As responsabilidades e obrigações de cada um dos parceiros do Projeto Esporte em Ação estão definidas da seguinte maneira:

Instituto Compartilhar:

- ✓ Coordenar e administrar as atividades esportivas e apoiar as ações sócio-educativas;
- ✓ Disponibilizar a metodologia de iniciação ao esporte desenvolvida pelo Instituto Compartilhar;
- ✓ Utilizar os equipamentos e materiais esportivos e pedagógicos adquiridos para o projeto;
- ✓ Capacitar e efetuar o pagamento do pessoal técnico (coordenador, supervisor, professores e/ou estagiários) necessário para atuar junto ao projeto;
- ✓ Atualizar seu pessoal técnico dentro de novos conceitos pedagógicos e estimular a troca de informação a respeito da metodologia;
- ✓ Apresentar relatórios das suas atividades para prestação de contas e controle das metas traçadas;
- ✓ Apoiar a captação de recursos para sustentabilidade do projeto, inclusive através de novas parcerias;
- ✓ Promover um mínimo de dois eventos ou ações esportivas envolvendo as crianças participantes do projeto, fazendo com que pelo menos um destes eventos trabalhe os valores de cidadania estabelecidos como objetivo do projeto – formação plena do cidadão;

Estação Embratel Convention Center:

- ✓ Executar as obras de reforma e melhoria na Praça Plínio Tourinho inclusive nas instalações esportivas considerando projeto arquitetônico aprovado pelas partes e autorizado pela Prefeitura;

- ✓ Adquirir os equipamentos, materiais esportivos, pedagógicos e didáticos, além dos uniformes dos alunos e professores e repassá-los ao Instituto Compartilhar para desenvolvimento das atividades;
- ✓ Repassar recurso financeiro para o Instituto Compartilhar visando à contratação da coordenação técnica do projeto;
- ✓ Acompanhar a realização do projeto contribuindo para a execução dos seus objetivos;
- ✓ Apoiar a captação de recursos para sustentabilidade do projeto, inclusive através de novas parcerias.

Prefeitura Municipal de Curitiba:

- ✓ Disponibilizar o espaço da Praça Plínio Tourinho para realização das atividades esportivas sem prejuízo às atividades já desenvolvidas anteriormente no local (Secretaria Municipal de Esporte e Lazer);
- ✓ Autorizar e acompanhar o projeto de revitalização e reforma do Praça Plínio Tourinho, segundo projeto acordado entre as partes (Secretaria Municipal do Meio Ambiente);
- ✓ Cadastrar, encaminhar e acompanhar as crianças e adolescentes assistidos, bem como suas famílias (Fundação de Ação Social – FAS);
- ✓ Coordenar as ações sócio-educativas previstas no projeto (FAS);
- ✓ Motivar e encaminhar as crianças e adolescentes participantes do PETI – Jornada Ampliada para participar das atividades esportivas previstas no projeto (FAS);

4.2.1.2 Projeto Centro Rexona Ades de Voleibol

O Centro Rexona Ades de Voleibol (CRAV) foi criado em 1997 na cidade de Curitiba numa parceria entre Bernardinho, a empresa Unilever, através das marcas Rexona e Ades, e o Governo do Paraná, através da Paraná Esporte e da Secretaria de Educação.

O CRAV compreende uma equipe feminina adulta, bicampeã brasileira, e um programa de iniciação esportiva que tem como principal objetivo democratizar a prática esportiva utilizando o mini-vôlei como metodologia e o esporte como ferramenta de transformação social. No mês de maio de 2004, a equipe profissional se transferiu para o Rio de Janeiro, ficando em Curitiba somente o projeto social. Em julho de 2005, a administração e a coordenação de todo o trabalho social do CRAV no Paraná passou a ser feita pelo Instituto Compartilhar.

Atualmente, o CRAV atende cerca de 3.500 crianças de 8 a 15 anos em 24 municípios do Paraná tendo como núcleo central o Centro de Capacitação Esportiva (CCE) em Curitiba com 850 crianças. Nos demais municípios, os núcleos estão localizados nas escolas públicas estaduais. No dia 23 de setembro de 2005 foi inaugurado o Núcleo Tuiuti, uma parceria com a Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) que atende outras 450 crianças no Campus do Jardim Schaeffer em Curitiba.

As responsabilidades e obrigações de cada um dos parceiros do Projeto Esporte em Ação estão definidas da seguinte maneira:

Instituto Compartilhar:

- ✓ Coordenar e administrar todos os núcleos;
- ✓ Disponibilizar a metodologia do mini-vôlei para implantação no projeto;
- ✓ Capacitar os professores para atuarem junto aos núcleos de iniciação em voleibol;
- ✓ Atualizar os professores dentro de novos conceitos pedagógicos e estimular a troca de informação a respeito da metodologia;
- ✓ Desenvolver e disponibilizar o programa de gerenciamento das crianças no projeto;

Unilever:

- ✓ Apoiar financeiramente o projeto possibilitando que o Instituto Compartilhar mantenha suas atividades. Este apoio permite principalmente:

- ✓ Compra de todo o material esportivo, administrativo e os kits para os alunos e para os professores;
- ✓ Realização dos diversos eventos durante o ano como festivais, torneios e o Internúcleos que envolve todos os núcleos em etapas regionais e na etapa final;
- ✓ Pagamento do pessoal da coordenação e administração do CRAV além dos professores dos Núcleos CCE e Tuiuti;
- ✓ Pagamento das assessorias jurídicas, contábil e de comunicação;
- ✓ Viagens de visita e controle do trabalho aos Núcleos do interior e à empresa em São Paulo;
- ✓ Realização de Clínicas de Mini-Vôlei para a divulgação da metodologia e do trabalho realizado em diversos locais do Brasil;

Governo do Paraná:

- ✓ Disponibilizar o espaço do Centro de Capacitação Esportiva (CCE) para instalação da administração central e um dos seus ginásios para as aulas de mini-vôlei e vôlei, assim como a infra-estrutura de manutenção, limpeza e segurança destes espaços;
- ✓ Disponibilizar as escolas estaduais para serem os Núcleos de Iniciação em Voleibol do projeto;
- ✓ Assumir a escolha e o pagamento dos professores da rede estadual que darão aulas nestes núcleos em escolas públicas;
- ✓ Enviar uma vez por ano para Curitiba, estes professores para Capacitação (primeira vez) e depois para a Reciclagem juntamente com todos os professores do projeto;
- ✓ Responsabilizar pelo transporte do material, espaço físico, hospedagem na escola e alimentação durante o Torneio Internúcleos que acontece uma vez por ano com etapas regionais e etapa final;

Universidade Tuiuti do Paraná (UTP):

- ✓ Disponibilizar o espaço da Universidade Tuiuti - campus Jardim Schaeffer para instalação de uma sala administrativa e um dos seus ginásios para as aulas de mini-vôlei e vôlei no núcleo Tuiuti, assim como a infra-estrutura de manutenção, limpeza e segurança destes espaços;

4.2.2 Instituto Ayrton Senna

Organização não governamental, sem fins lucrativos, o Instituto Ayrton Senna (IAS), presidido por Viviane Senna, foi fundado em novembro de 1994. Desde então, sua meta principal tem sido trabalhar para criar oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros, em cooperação com empresas, governo, prefeituras, escolas, universidades e ONG's.

De acordo com dados fornecidos pelo IAS, em 2005 foram beneficiados 1.287.926 crianças e jovens, contando com a participação de 72.136 educadores envolvidos, 8.244 escolas, ONG's e universidades parceiras em 1.207 municípios de 24 estados.

No Estado do Paraná o IAS desenvolve dois projetos: o Projeto Perobal, na Universidade Estadual de Londrina e o **Projeto Galha Azul**, na Universidade Federal do Paraná.

4.2.2.1 O Projeto Galha Azul

Em 2003 firmou-se uma parceria entre o Instituto Ayrton Senna e a Universidade Federal do Paraná – através da Pró Reitoria de Extensão e Cultura - para a criação do Projeto Galha Azul (PGA). O projeto mantém suas atividades no Centro de Educação Física e Desportos desta universidade e atualmente atende 230 crianças e adolescentes das escolas públicas das regiões próximas.

O PGA é um projeto sócio esportivo que desenvolve seus trabalhos baseado na metodologia da Educação Pelo Esporte, proposta pelo IAS e fundamentada nos Pilares da Educação indicados pela UNESCO.

Os estagiários do PGA são acadêmicos da UFPR e além dos esportes as crianças têm aulas nas áreas da saúde, educação e artes, duas vezes por semana no contra turno escolar.

As responsabilidades e obrigações de cada um dos parceiros do Projeto Galha Azul estão definidas da seguinte maneira:

Instituto Ayrton Senna:

- ✓ Disponibilizar a metodologia da Educação Pelo Esporte (EPE) para o desenvolvimento do projeto;
- ✓ Capacitar os educadores para atuarem junto às crianças e adolescentes;
- ✓ Atualizar os educadores e coordenadores do projeto, dentro de novos conceitos pedagógicos e estimular a troca de informação a respeito da metodologia;
- ✓ Fornecer recursos financeiros para o pagamento de estagiários;
- ✓ Fornecer recursos financeiros para a compra do lanche ofertado pelo projeto.

Universidade Federal do Paraná:

- ✓ Disponibilizar espaço no Centro de Educação Física e Desportos (CED) para a instalação de uma sala administrativa;
- ✓ Disponibilizar o espaço do CED bem como o Departamento de Educação Física (DEF) para o desenvolvimento das atividades, assim como a infraestrutura de manutenção, limpeza e segurança destes espaços;
- ✓ Fornecer o transporte para que os alunos se desloquem da escola para o projeto;
- ✓ Disponibilizar professores para coordenar e participar do projeto;
- ✓ Através da Pró Reitoria de Extensão e Cultura, fornecer bolsas para acadêmicos que participam do projeto.

O convênio entre o Projeto Galha Azul e o Instituto Ayrton Senna é exercido pela Fundação da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR), que administra os recursos enviados pelo Instituto e deve prestar contas ao mesmo do consumo efetuado.

4.2.3 A AGINARC e o Projeto Criança na Quadra

Em outubro de 2000 a ex-preparadora física e auxiliar técnica da Seleção Brasileira de Ginástica Ritma Desportiva (GRD), Simoni Valente, alguns pais de alunas e professoras definiram um estatuto, formaram uma diretoria e criaram a AGINARC – Associação Curitibana de Ginástica Rítmica. Uma associação sem fins lucrativos onde o único objetivo é o desenvolvimento da GRD num alto nível de competição.

A AGINARC, além de oferecer treinamento para meninas que pagam uma mensalidade, desenvolve desde 2002 o **Projeto Criança na Quadra**, que tem como público alvo, meninas de 6 a 10 anos que estejam matriculadas no ensino público e que não pagam para participar das aulas.

Atualmente o projeto atende 14 meninas e está sendo realizado na Faculdade Santa Cruz, no entanto, não estabelece nenhum vínculo com essa Instituição.

O projeto visa, além da inclusão social, a seleção de novas atletas para a modalidade. Quando a aluna passa da “escolinha” para a equipe de treinamento ela começa a receber auxílio para o transporte.

4.3. LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO AO ESPORTE

Uma das áreas que envolvem o esporte, desenvolvidas pela Prefeitura Municipal, através da SMEL, é o chamado “incentivo ao esporte e promoção social”.

De acordo com esta Secretaria, esse é um mecanismo de transferência direta de recurso financeiro para incentivo na execução de projetos esportivos, ou seja,

parcerias entre a SMEL e instituições que promovem o esporte como processo de inclusão.

A **Lei Municipal de Incentivo ao Esporte** consiste na dedução de 66,66% do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) devido por entidades civis sem fins lucrativos e Clubes Sociais, estabelecidos no Município de Curitiba. O incentivo consiste na redução de R\$ 3,00 (três reais) devidos para cada R\$ 1,00 (um real) pago a projetos esportivos de pessoas físicas ou jurídicas sem fins lucrativos, estabelecidos também no Município de Curitiba.

Dessa forma, podem ser beneficiados por essa lei:

- ✓ incentivadores: Clubes, associações, conselhos, confederações, federações, sindicatos, institutos, ONG's, fundações (que obtém desconto de 66,66% do IPTU);
- ✓ beneficiários: pessoas física ou jurídica de natureza esportiva com projetos aprovados (que recebem o recurso financeiro pago pelos incentivadores).

As áreas contempladas pelo incentivo são:

- ✓ Esporte Educação: projetos de pesquisa, capacitação/atualização profissional e publicações (edição de livros e revistas);
- ✓ Esporte Participação: promoção e execução de eventos, programas e atividades orientadas e **projetos de caráter formativo**;
- ✓ Esporte Rendimento: programas de treinamento para competições oficiais, assim como auxílio para transporte, hospedagem, alimentação e aquisição de equipamentos esportivos.

Os projetos candidatos a receber o Incentivo devem preencher um requerimento, anexar documentos e, se aprovados, recebem o financiamento pelo período de um semestre.

Dessa forma, os projetos sócio esportivos desenvolvidos por ONG's também podem ser beneficiados. É o caso do Projeto Criança na Quadra, citado anteriormente, que já foi favorecido pela Lei do Incentivo ao Esporte.

5. PARA FINALIZAR: O INÍCIO DA DISCUSSÃO

O propósito deste trabalho, como já citamos, é o de realizar um levantamento dos projetos sócio esportivos que estão sendo realizados na cidade de Curitiba, analisando seus princípios gerais, metodológicos e de gestão, sem nos aprofundar nas questões referentes ao formato do esporte que vem sendo empregado nestes projetos.

No entanto, acreditamos que em nenhuma posição adotada é possível a neutralidade e assim, torna-se difícil olhar para os dados e não assumir uma postura crítica em relação a eles.

Dessa forma, gostaríamos de organizar nossas considerações da seguinte maneira: analisar os dados obtidos com a realização desta pesquisa e junto a eles tecer alguns comentários que consideramos de extrema importância, sobre o esporte e a inclusão de crianças e adolescentes.

Primeiramente, vale observar que a maioria dos projetos não governamentais está localizada em regiões centrais ou de fácil acesso e, mesmo atendendo a uma parcela da população com baixa renda, não chega aos locais mais distantes do Centro, como por exemplo, a Regional da CIC.

Ainda sobre a localização, o projeto da prefeitura, estabelecendo parcerias com as associações de moradores, consegue atingir as regiões mais afastadas. Mas é necessário perceber que para o desenvolvimento desta parte do Programa (CATES Associações) a SMEL não envia estagiários ou professores de Educação Física, apenas oferece capacitações para os voluntários que desenvolvem trabalhos em seus bairros.

De fato, se observarmos que essas regiões são as que apresentam um maior número de crianças em situação de risco, é contraditório dizer que os programas visam atender a população mais necessitada se realmente não vai de encontro a ela.

Quanto ao financiamento, nenhum dos projetos pesquisados neste trabalho, é desenvolvido sem que haja parceria com alguma instituição. O projeto esportivo governamental é realizado pela SMEL, mas conta com a parceria de outras Secretarias como a Fundação de Ação Social, a Secretaria Municipal de Meio

Ambiente, a Secretaria Municipal de Abastecimento, além de outros órgãos como clubes, universidades e também empresas privadas.

No financiamento dos projetos não governamentais, a situação é idêntica: as instituições firmam parcerias com empresas e até mesmo com órgãos governamentais. É o caso do Instituto Compartilhar que, para desenvolvimento de seus projetos, estabelece parcerias com as marcas Rexona e Ades, com o Estação Embratel Convention Center, além do Governo do Paraná e a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Isso nos leva a pensar: por que as empresas também estabelecem parcerias, tanto com entidades governamentais quanto com as ONG's, no desenvolvimento de programas e projetos para a inclusão de crianças e adolescentes?

Como apresentamos anteriormente, cada vez mais, as empresas investem em produtos institucionais, como uma estratégia de reforço de imagem mercadológica, o fenômeno que VAZ (1995) chama de “marketing social”.

Um bom exemplo pode ser verificado na fala de Frank Segieth, diretor presidente da Audi do Brasil, montadora alemã de carros e parceira na realização dos projetos do Instituto Ayrton Senna, é uma das empresas que mais investe recursos financeiros em projetos sócio esportivos no país.

Durante a cerimônia de abertura do Congresso Internacional de Esportes – realizado em São Paulo, nos dias 22 e 23 de novembro deste ano - Segieth afirmou que: “como mostram as pesquisas do nosso marketing, as pessoas não compram um carro de luxo somente pela sua qualidade técnica, cada vez mais elas atribuem valor à imagem e à simpatia da marca”.

Essa é apenas uma demonstração do atual apego que vem sendo dado às questões esportivas. Até mesmo a ONU (Organização das Nações Unidas) tem se manifestado em relação a esse tema, elegendo o ano de 2005 como o “Ano da Educação Física e do Esporte”.

Considerando essa conjuntura, negar o esporte seria como destruir todo o processo cultural e histórico que o permeia. Assim, pensamos que não basta mais considerá-lo como um mero reprodutor do sistema capitalista ou como uma fórmula mágica capaz de transformar crianças excluídas em cidadãos com plenos direitos. O

esporte necessita realmente de pesquisas e discussões acerca de suas problemáticas, do binômio inclusão/exclusão e consideramos função da Educação Física (mas não somente) realizar esse debate.

Os discursos em torno do esporte são bastante contraditórios. Existem autores que não acreditam no esporte enquanto meio de inserção social ou como método educativo, afirmando que ele não educa porque reflete valores negativos da nossa sociedade ou ainda que o esporte não educa porque a competição promove comportamentos anti-sociais. Por outro lado, existem aqueles que defendem fortemente a sua utilização, afirmando que o esporte educa porque se aprende a superar seus próprios limites ou que promove a tolerância e o respeito ao próximo.

Ao nosso modo de ver, fica evidente que o esporte é um fenômeno cultural e, portanto, tem também natureza educacional, nas diferentes maneiras como interagimos com ele. Contudo, para sabermos se o esporte educa, temos que perceber o que entendemos por educação e o que objetivamos por meio dela.

Como já vimos, a escola surgiu como a instituição capaz de educar para a formação moral e a disciplina, na medida em que se tinha medo de perder o domínio sobre as crianças. De acordo com os diferentes momentos históricos, a educação e os processos de socialização, ou as formas de controle social, foram se alterando: em alguns momentos a ênfase esteve na correção de comportamentos inadequados, em outros na educação para a integração social. No entanto, fica evidente que o objetivo sempre esteve em manter o 'menor' disciplinado e útil para a sociedade.

Nesse sentido, pensar que a partir de 1990, com a criação do ECA, esses ideais foram esquecidos, podem ser uma grande ilusão. A preocupação em tirar as crianças das ruas e formar "cidadãos de bem" continua muito atual.

Assim, é necessário compreender que o esporte utilizado nos programas sociais não pode continuar afirmando esses princípios. É necessário que os projetos realmente se preocupem com o desenvolvimento humano a que as crianças e os jovens têm direito.

Também não basta criarmos projetos sociais para a infância e a adolescência em situação de risco, imaginando que o esporte vai ser capaz de apagar todas as mazelas a que essas crianças estão submetidas diariamente nas

ruas ou em suas casas. É preciso compreender que o esporte pode ser um dos agentes transformadores dessa realidade, mas que sozinho poderá fazer pouca coisa.

Além disso, é de fundamental importância observarmos o tipo de esporte que vem sendo empregado nesses projetos. O esporte baseado nos princípios de rendimento e performance acaba por proporcionar a participação de algumas crianças que possuem habilidades específicas para determinada modalidade, enquanto todas as outras continuam à margem do processo de inclusão.

Com isso, podemos perceber que são muitas as questões que permeiam o esporte e a sua utilização enquanto ferramenta de transformação social. Assim, não pretendemos aqui finalizar as discussões acerca desse tema, mas sim, levantar questões para o debate, para a discussão desse fenômeno que vem crescendo a cada dia e que necessita urgentemente ser melhor compreendido pelas pessoas que estão envolvidas com ele.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcelo Pereira de. A Educação Física e a questão da criança e do adolescente em situação de risco social no Brasil. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**, n. 21, v. 1, set/1999, pp. 1149-1151.

BARBAN, Vilma. As ONG's e os direitos humanos. In: STEIN, Leila de Menezes (org.). **Cidadania e educação: leituras em direitos humanos**. Araraquara: Editora UNESP/FCL, 1999. pp. 43-55.

BORBA, Elisabete Regina de Lima; BORSA, Lenyr Rodrigues; ANDREATTA, Roldite. **Terceiro Setor, Responsabilidade Social e Voluntariado**. Curitiba: Editora Champagnat, 20001.

BOTTO, Carlota. Direitos humanos e ética na sala de aula: é possível uma pedagogia da justiça? In: STEIN, Leila de Menezes (org.). **Cidadania e educação: leituras em direitos humanos**. Araraquara: UNESP/FCL, 1999. pp. 149-157.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização dos textos, notas, remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1989.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: publicado no Diário Oficial da União em 16 de julho de 1990. Curitiba: Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, 1995.

CALMOM, Pedro. **História Social do Brasil**, volume 3: a época republicana. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

CASSOU, Hiran; ZANON, Newton e BABIAK, Ronaldo. A descoberta e a valorização de talentos esportivos. In: KRUCHELSKI, Silvano e RAUCHBACH, Rosemary (orgs.). **Curitiba: gestão nas Cidades voltada à promoção da atividade física, esporte, saúde e lazer**. Curitiba: PMC, 2005.

CAVALCANTI, Kátia Brandão. **Esporte para todos: um discurso ideológico**. São Paulo: IBRASA, 1984.

COLOMBO, Irineu. **O adolescente infrator e o sistema de ensino paranaense: a trajetória da escola para menores Queiroz Filho (1965-1992)**. Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 2002.

CORRÊA, Mariza. In: FREITAS, Marcos Cezar de Freitas (org). **História social da infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez. 1997, pp. 77-96.

CURITIBA. **Caracterização das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Município de Curitiba**. Curitiba: PMC, IPPUC, NEICA, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à diferença: um reconhecimento legal. In: **Educação em revista**. n. 30. Belo Horizonte, 1999, pp. 15-22.

DANIELLI, Irene. **Pesquisa científica e produções científicas**. Florianópolis: Editora CEITEC, 1988.

DEBORTOLI, José Alfredo de Oliveira. Infância e lucididade de meninos e meninas que moram no Alto Vera Cruz. In: SOUZA, Eustáquia Salvadora de; VAGO, Tarcísio Mauro (orgs). **Trilhas e Partilhas**. Belo Horizonte: Editora Cultura, 1997. pp. 323-335.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (orgs.). **A arte de governar crianças**: história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. pp. 47-98.

FREITAS, Marcos Cezar de. Para uma sociologia histórica da infância no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). **História social da infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez. 1997, pp. 9-16.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. **A vila olímpica da verde-e-rosa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GREGORI, Maria Filomena e SILVA, Cátia Aínda. **Meninos de rua e instituições**: tramas, disputas e desmanche. São Paulo: Contexto, 2000.

HASSENPFUG, Walderez Nosé. **Educação pelo esporte**: educação para o desenvolvimento humano pelo esporte. São Paulo: Editora Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2004.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. In: FREITAS, Marcos Cezar de Freitas (org). **História social da infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez. 1997. pp. 17-50.

LINHALES, Meily Assbu. Políticas para o esporte no Brasil: interesses e necessidades. In: SOUZA, Eustáquia Salvadora de; VAGO, Tarcísio Mauro (orgs). **Trilhas e Partilhas**. Belo Horizonte: Editora Cultura, 1997, pp.219-229.

_____. São as políticas públicas para a educação física, esporte e lazer, efetivamente políticas sociais? In: **Motrivivência**. Florianópolis: Editora da UFSC: Editora da UFSC, ano X, n. 11, 1998, pp. 71-81.

_____. Jogos da Política, Jogos do Esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). **Lazer e**

esporte: políticas públicas. 2. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2001, pp. 31-56.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. Elias: individualização e mimesis no esporte. In: PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo (orgs.). **Esporte: história e sociedade.** Campinas: Editora Autores Associados, 2002, pp. 113-137.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de Freitas (org). **História social da infância no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Editora Cortez. 1997, pp. 51-76.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1990.

MIYAGIMA, Cláudio. O esporte (des)educa? In: **Motrivivência.** Florianópolis: Editora da UFSC, n. 2, 1989, pp. 31-34.

MOREIRA, Wagner Wey; SIMBES, R. **Dimensões sociais do esporte –** Universidade e políticas públicas municipais: uma experiência vivida. Curitiba: Coletânea do III Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 1995, pp. 242-248.

MÜLLER, Verônica Regina. A criança cidadã e outras crianças: história européia e atualidade brasileira. In: **X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte: Renovações, Modismo e Interesses.** Goiânia: GEP. Anais, v. 1, 1997, pp 247-253.

OLÉIAS, Valmir José. Políticas esportivas no neoliberalismo. In: **Motrivivência.** Florianópolis: Editora da UFSC, n. 12, 1999, pp. 65-76.

OLIVEIRA JR, Constantino Ribeiro de. O esporte como componente educacional para meninos de rua. **Conexões –** educação, esporte e lazer. Campinas, v. 1, n. 1, jul/dez, 1998, pp. 46-55.

PARANÁ. **Curitiba:** 300 anos de memória oficial e real. Curitiba: Editora Phototypes, 1994.

PASSETI, Edson. **O que é menor.** 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI, Mary (org) **História da criança no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998, pp. 347-375.

PEREIRA, Flávio Medeiros. **Dialética da cultura física.** São Paulo: Editora Ícone, 1998.

PILOTTI, Francisco. Crise e perspectivas da Assistência à infância na América Latina. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (orgs.). **A arte de governar crianças:** história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. pp. 11-45.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Sentidos do jogo na educação física. In: **Motrivivência**. n. 9. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996, pp 96-106.

PIRES, Giovani de Lorenzi. Globalização, cultura esportiva e educação física. In: **Motrivivência**. Florianópolis: Editora da UFSC, n. 6, 1997, pp. 27-43.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Brohm e a organização capitalista do esporte. In: PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo (orgs.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002, p. 31-61.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do pátrio poder ao pátrio dever - um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (orgs.). **A arte de governar crianças**: história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995, pp. 99-168.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (orgs.). **A arte de governar crianças**: história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995, pp. 243-298.

ROSSATO, Ermelio. Cultura e educação: do centro para a periferia. In ANDREOLA, Balduino Antonio *et. al.* **Educação, cultura e resistência**: uma abordagem terceiro-mundista. Santa Maria: Editora Pallotti, 2002, pp. 187-207.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Editora Atlas, 1979.

SCHERER, Alexandre. A Educação Física escolar e esporte no Brasil a partir da crise dos anos sessenta: uma visão crítica. In: **Ciência em Movimento**, n. 6, 2001, pp. 28–31.

SEGATTO, José Antonio. História e Cidadania. In: STEIN, Leila de Menezes (org.). **Cidadania e educação**: leituras em direitos humanos. Araraquara: Editora UNESP/FCL, 1999. pp. 119-130.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

SILVA, Maurício Roberto da. Trabalho e lazer: reflexões introdutórias acerca dos sonhos das crianças brasileiras sem infância. In: SOUZA, Eustáquia Salvadora de; VAGO, Tarcísio Mauro (orgs). **Trilhas e Partilhas**. Belo Horizonte: Editora Cultura, 1997, pp. 337-363.

STIGGER, Marco Paulo. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à

pergunta: “são as políticas públicas para a educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?”. In: **Motrivivência**. Florianópolis: Editora da UFSC, ano X, n. 11, 1998, pp. 83-96.

TANI, Go. Esporte e processos pedagógicos. In: MOREIRA, Wagner (org). **Fenômeno esportivo no início de um novo milênio**. Piracicaba: Editora Unimep, 2000. pp. 85-90.

TONIN, Marta Marília. Análise conjuntural da realidade mundial e brasileira na atualidade. In: **Anais do Seminário Criança e Adolescente em Situação de Risco: uma compreensão necessária**. Curitiba: IMAP, 1996.

TOSIN, Denise Gusso. Lazer e qualidade de vida. In: KRUCHELSKI, Silvano e RAUCHBACH, Rosemary (orgs.). **Curitiba: gestão nas Cidades voltada à promoção da atividade física, esporte, saúde e lazer**. Curitiba: PMC, 2005.

VARGAS, Ângelo Luiz. **Desporto, fenômeno social**. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 1995.

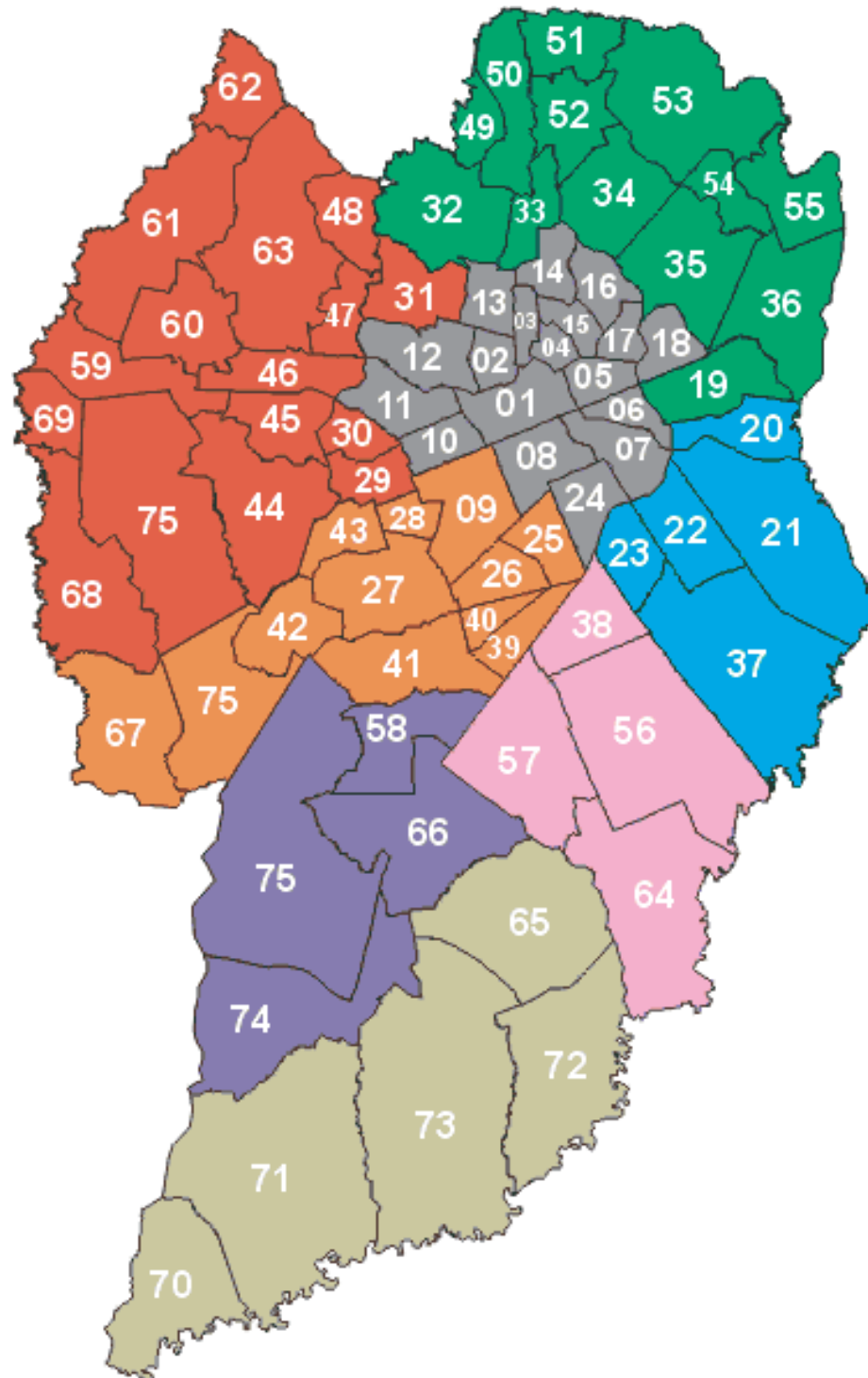
VAZ, Gil Nuno. **Marketing institucional: o mercado de idéias e imagens**. São Paulo: Editora Pioneira, 1995.

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Editora Esculta, 1994.

ANEXOS

ANEXO 1 - MAPA DA CIDADE DE CURITIBA



Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba

Neste mapa, Curitiba ainda está dividida em 8 Regionais, no entanto, com a posse do Prefeito Beto Richa, em 2005, a cidade passou a ser dividida em 9 Regionais, sendo criada a Regional da Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

LEGENDA:

Regional Bairro Novo

71 Campo de Santana
70 Caximba
72 Ganchinho
65 Sítio Cercado
73 Umbará

Regional Boa Vista

50 Abranches
55 Atuba
35 Bacacheri
36 Bairro Alto
52 Barreirinha
34 Boa Vista
51 Cachoeira
32 Pilarzinho
53 Santa Cândida
33 São Lourenço
49 Taboão
19 Tarumã
54 Tingüi

Regional Boqueirão

64 Alto Boqueirão
56 Boqueirão
38 Hauer
57 Xaxim

Regional Cajuru

21 Cajuru
20 Capão da Imbuia
23 Guabirota
22 Jardim das Américas
37 Uberaba

Regional Matriz

14 Ahú
04 Alto da Glória
05 Alto da Rua XV
10 Batel
11 Bigorriho
13 Bom Retiro
16 Cabral
01 Centro
03 Centro Cívico
06 Cristo Rei.
17 Hugo Lange
07 Jardim Botânico
18 Jardim Social
15 Juvevê

12 Mercês
24 Prado Velho
08 Rebouças
02 São Francisco

Regional Pinheirinho

58 Capão Raso
75 Cidade Industrial
66 Pinheirinho
74 Tatuquara

Regional Portão

09 Água Verde
75 Cidade Industrial
39 Fanny
42 Fazendinha
26 Guaíra
40 Lindóia
41 Novo Mundo
25 Parolin
27 Portão
43 Santa Quitéria
67 São Miguel
28 Vila Izabel

Regional Santa Felicidade

68 Augusta
61 Butiatuvinha
30 Campina do Siqueira
44 Campo Comprido
47 Cascatinha
75 Cidade Industrial
62 Lamenha Pequena
45 Mossunguê
59 Orleans
69 Riviera
63 Santa Felicidade
46 Santo Inácio
60 São Braz
48 São João
29 Seminário
31 Vista Alegre

ANEXO 2 - FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS DOS PROJETOS SÓCIO ESPORTIVOS

Autoria:	
Título:	
Localidade:	
Vigência:	
Responsável:	
Equipe de Trabalho:	
Objetivos:	
Descrição:	
Público-alvo:	
Metodologia:	
Palavras-chave:	
Parcerias:	
Número de crianças atendidas	
Referencial Teórico:	
Financiamento:	
Observações:	

ANEXO 3 - CENTROS DE ESPORTE E LAZER

REGIONAL BAIRRO NOVO

CEL Ginásio de Esportes do Bairro Novo – Rua Ourizona, 1681

CEL Vila Tecnológica – Rua das Tecnologias, 23

CEL Xapinhal – Rua Francisco Claudino Ferreira, s/nº

REGIONAL BOA VISTA

CEL Avelino Vieira – Rua Guilherme Ilhenfeldt, s/nº

CEL Bacacheri – Rua Costa Rica, 1614

CEL Pedro de Almeida – Rua Joaquim da C. Ribeiro, 31

CEL Rua da Cidadania da Boa Vista – Avenida Paraná, 1600

REGIONAL BOQUEIRÃO

CEL Agostinho Legró – Rua Pastor Carlos Frank, esq. com a Rua Viligrand Cabrita

CEL Menonita – Rua Paulo Setúbal, s/nº

CEL Rua da Cidadania do Carmo – Av. Marechal F. Peixoto, Terminal do Carmo

REGIONAL CAJURU

CEL Armazém do Esporte – Rua Engenheiro Costa Barros, Terminal Vila Oficinas

CEL Ginásio Parque Peladeiro – Rua Antonio Moreira Lopes, s/nº

CEL Parque Linear – Rua Sebastião M. Luiz, s/nº

CEL Vila Oficinas – Rua Pedro Bocchino, s/nº

REGIONAL CIC

Gerência Regional CIC – Rua Manoel Valdomiro de Macedo, 2460

REGIONAL MATRIZ

CEL Dirceu Graeser – Praça Oswaldo Cruz

CEL Ouvidor Pardinho – Rua 24 de maio, s/nº

CEL Plínio Tourinho – Rua Engenheiros Rebouças, s/nº

CEL Velódromo – Rua Dr. Jorge Meyer Filho, s/nº

CEL Praça Osório

REGIONAL PINHEIRINHO

CEL Rua da Cidadania do Pinheirinho – Av. Winston Churchill, 2033

CEL Zumbi dos Palmares – Rua Lothário Boutin, 289

CEL Santa Rita – Rua Carlos Munhoz da Rocha, 620

REGIONAL PORTÃO

CEL Rua da Cidadania da Fazendinha – Rua Carlos Klemtz, s/nº

CEL Afonso Botelho – Rua Engenheiros Rebouças, s/nº

CEL Arthur Bernardes – Av. Arthur da Silva Bernardes, s/nº

REGIONAL SANTA FELICIDADE

Academia Municipal Professora Judith Passos – Rua Doutor Aluizio França, s/nº

CEL Rua da Cidadania de Santa Felicidade – Rua Santa Bertila Boscardin, 213

CEL Antonio Bertolli – Rua Alcides Darcanchy, esq. com a Rua Daniel C. Pereira

ANEXO 4 - FORMULÁRIOS PREENCHIDOS DOS PROJETOS NÃO GOVERNAMENTAIS

Autoria:	Bernardo Rocha de Rezende
Título:	Esporte em Ação
Localidade:	Praça Plínio Tourinho
Vigência:	Desde agosto de 2005 com esse nome, mas já existia anteriormente.
Responsável:	Maria de Fátima Santos Louro
Equipe de Trabalho:	1 coordenador, 3 professores e 2 estagiários.
Objetivos:	Através do esporte trabalhar valores como: respeito, disciplina, cooperação e freqüência escolar. Tentando transferir a aplicação desses valores na sua casa, escola e comunidade, assim auxiliando no processo de socialização.
Descrição:	As crianças freqüentam a praça todos os dias, menos sábado e domingo, no contra turno das aulas. Elas realizam várias atividades, o projeto esporte em ação fica responsável pelo vôlei, capoeira e futebol de areia.
Público-alvo:	Crianças e adolescentes moradores da Vila da Torres e que estejam, preferencialmente, inseridos no PETI.
Metodologia:	Elas participam de vários esportes de acordo com a idade. No desenvolvimento das aulas não há uma grande preocupação com a técnica, pois não é o objetivo do projeto. São realizadas atividade lúdicas e recreativas, utilizando os movimentos esportivos para trabalhar valores.
Palavras-chave:	Esporte e inclusão
Parcerias:	Instituto Compartilhar, Estação Embratel Convention Center e Prefeitura Municipal de Curitiba, através da FAS e da SMEL.
Número de crianças atendidas	Atualmente atende 250 crianças e adolescentes
Financiamento:	Patrocínio financeiro exclusivo do Estação Embratel Convention Center
Observações:	Praticamente todas as crianças que participam do projeto são pertencentes ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Governo Federal, que oferece uma bolsa para as famílias que mantêm as crianças no programa.

Autoria:	Bernardo Rocha de Rezende
Título:	Centro Rexona Ades de Voleibol (CRAV)
Localidade:	Centro de Capacitação Esportiva (CCE)
Vigência:	Desde 1997
Responsável:	Maria Auxiliadora Castanheira
Equipe de Trabalho:	18 professores de educação Física, 2 coordenadores e 4 pessoas da equipe administrativa.
Objetivos:	Democratizar a prática esportiva utilizando o mini vôlei como metodologia e o esporte como ferramenta de transformação social
Descrição:	As crianças participantes do projeto têm aulas de vôlei duas vezes por semana, com uma hora de duração cada.
Público-alvo:	Crianças de 8 a 14 anos.
Metodologia:	Mini-voleibol
Palavras-chave:	Mini-Voleibol, crianças, transformação social.
Parcerias:	Instituto Compartilhar, Governo do Estado do Paraná e Unilever - através das marcas Rexona e Ades
Número de crianças atendidas:	850 crianças e adolescentes
Financiamento	Patrocínio financeiro exclusivo da Unilever
Observações:	<p>O CRAV atende cerca de 3500 crianças em todo o Paraná. Em Curitiba, são 850 no CCE e mais 450 no núcleo Universidade Tuiuti, inaugurado em setembro deste ano.</p> <p>A seleção dos alunos é feita através de um processo de seleção chamado “peneira”, onde são observados aspectos relativos à coordenação motora da criança, não estando ligado a aspectos técnicos do voleibol, crianças de escolas públicas tem prioridade.</p> <p>O segundo processo de seleção é para todos os outros núcleos que ocorrem dentro de escolas estaduais. Nesses núcleos só os alunos da escola podem participar.</p>

Autoria:	Equipe de professores da Universidade Federal do Paraná
Título:	Projeto Galha Azul
Localidade:	Centro de Educação Física e Desportos da UFPR, no bairro Jardim das Américas.
Vigência:	Desde 2003
Responsável:	Sérgio Santos
Equipe de Trabalho:	Coordenador geral, três coordenadores de áreas, vinte educadores de educação física, um de artes cênicas, um de jornalismo, um de pedagogia, um de letras.
Objetivos:	Proporcionar às crianças atendidas um pleno desenvolvimento de seus potenciais.
Descrição:	Os alunos freqüentam o projeto, no contra turno escolar, duas vezes por semana, das 8:00h as 11:00 h ou das 14:00 h as 17:00 h.
Público-alvo:	Crianças e adolescentes em situação de risco social que estejam matriculados em escolas públicas da região.
Metodologia:	Programa Educação Pelo Esporte (PEE) baseado nos pilares da educação propostos pela UNESCO.
Palavras-chave:	Educação pelo esporte, desenvolvimento de potenciais.
Parcerias:	Instituto Ayrton Senna Pró Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC – UFPR)
Número de crianças atendidas	Atualmente o projeto atende 230 crianças e adolescentes.
Financiamento:	Instituto Ayrton Senna FUNPAR
Observações:	Atualmente o projeto atende crianças matriculadas da 5ª a 8ª série do ensino fundamental; A seleção dos alunos é feita pela equipe pedagógica da própria escola onde as crianças estudam; Todos os educadores do projeto são acadêmicos da UFPR.

Autoria:	Simone Valente Ribeiro
Título:	Criança na Quadra
Localidade:	Faculdade Santa Cruz – Capão Raso
Vigência:	Desde 2002
Responsável:	Simone Valente Ribeiro Priscila Martins Caçola
Equipe de Trabalho:	Cinco professoras voluntárias.
Objetivos:	Promover a inclusão social e descobrir novos talentos através da ginástica rítmica desportiva
Descrição:	Aulas (treinos) de ginástica rítmica 2 vezes por semana.
Público-alvo:	Meninas de 6 a 10 anos de idade que estejam matriculadas no ensino público.
Metodologia:	Treinamento para seleção de atletas.
Palavras-chave:	“Descobrir e desenvolvendo talentos, formando atletas de alto nível”.
Parcerias:	Lei de incentivo ao esporte PROVOPAR
Número de crianças atendidas:	Atualmente o projeto atende 14 meninas. Neste ano não foi realizada seleção para novas alunas.
Financiamento:	O projeto não recebe nenhum tipo de financiamento fixo, como patrocinadores, além das parcerias.
Observações:	<p>O projeto está vinculado a AGINARC (Associação Curitibana de Ginástica Rítmica);</p> <p>Mesmo sendo realizado na Faculdade Santa Cruz, o projeto não mantém nenhum vínculo com essa Instituição;</p> <p>Quando a aluna passa da “escolinha” para a equipe de treinamento ela começa a receber auxílio para o transporte;</p> <p>O projeto já recebeu financiamento da Lei de Incentivo ao Esporte, mas não conseguiu renovar o apoio no último semestre, pois mudou o local de desenvolvimento das atividades;</p>

ANEXO 5 - FOTOGRAFIAS DOS PROJETOS

ILUSTRAÇÃO 1: Projeto CATES CEL'S



Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer

ILUSTRAÇÃO 2: Projeto CATES CEL'S



Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer

ILUSTRAÇÃO 3: Projeto CATES CEL'S



Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer

ILUSTRAÇÃO 4: Projeto CATES Convênios - UNICENP



Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer

ILUSTRAÇÃO 5: Projeto CATES Convênios - UNICENP

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer

ILUSTRAÇÃO 6: CATES Convênios - UFPR

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer

ILUSTRAÇÃO 7: CATES Itinerante: Vila Pantanal



Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer

ILUSTRAÇÃO 8: CATES Itinerante – Jardim da Ordem



Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer

ILUSTRAÇÃO 9: CATES Torneios – Parque Peladeiro



Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer

ILUSTRAÇÃO 10: CATES nos Estádios – Couto Pereira



Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer

ILUSTRAÇÃO 11: Projeto Centro Rexona de Voleibol



Fonte: Arquivo pessoal

ILUSTRAÇÃO 12: Projeto Esporte em Ação



Fonte: <http://www.compartilhar.org.br>

ILUSTRAÇÃO 13: Projeto Gralha Azul



Fonte: arquivo pessoal

ILUSTRAÇÃO 14: Projeto Criança na Quadra



Fonte: <http://www.aginarc.com.br>